

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: setembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

Desunião na Unasul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 01/09/2009	4
Salvar a face – O Globo – Opinião – 01/09/2009	5
UE amplia ajuda a agricultor e pode afetar venda do Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 02/09/2009	6
Países voltam a discutir Doha, enquanto aumentamos subsídios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia e negócios – 03/09/2009.....	6
Ganhamos e podemos também levar – Pedro de Carmago Neto – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 05/09/2009	8
Sem Doha, novo alento com a UE – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2009	9
O G-20 e a governança econômica mundial – Sérgio Amaral – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 13/09/2009	10
Banco do Sul funcionará em janeiro "com ou sem Brasil", promete Equador -Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 15/09/2009.....	12
Agropauta: Zoneamento da cana será lançado pelo presidente Lula – Sítio Eletrônico do MAPA -16/09/2009	13
Zoneamento da cana-de-açúcar é pioneiro no mundo, diz Stephanes – Sítio Eletrônico do MAPA – 17/09/2009	14
Decreto do zoneamento da cana é publicado (Atualizada) – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/09/2009	14
O segundo fracasso da Unasul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/09/2009	15
EUA sugerem novos acordos com o Brasil – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/09/2009.....	16
OMC teme escalada de retaliações e protecionismo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/09/2009	17
Colômbia diz que pode sair da Unasul - Samy Sdghirni – Folha de São Paulo – Mundo – 17/09/2009	18
Obama dá força para os protecionistas - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 17/09/2009	19
Brasil pode mudar política de emissões – Herton Escobar e Leonêncio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 18/09/2009.....	21
Brasil pode mudar política de emissões – Herton Escobar e Leonêncio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 18/09/2009.....	22
Isenção ao Brasil não é ‘vitalícia’, dizem os EUA - Renato Andrade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/09/2009.....	23
Representante dos EUA diz que momento não favorece acordo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2009.....	24
G-20 e FMI – Paulo Nogueira Batista Jr. – O Globo – Opinião – 19/09/2009	25
Concorrência do pré-sal ameaça etanol - Renato Cruz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/09/2009	26
ONU quer pressão sobre líderes na reunião do clima – Estado de São Paulo – Vida & - 22/09/2009	27
A renovação do álcool - Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 22/09/2009	28
China quer liderar negociações do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 22/09/2009..	29

EUA propõem ao G20 novo equilíbrio global – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/09/2009.....	30
China e EUA falam em esforço para reduzir emissões de CO2 – Estado de São Paulo – Vida& - 23/09/2009.....	31
EUA chegam ao G-20 enfraquecidos - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia – 23/09/2009.....	33
Sem concluir Doha, crise continuará, diz OMC – Jamil Chade – estado de São Paulo – economia e negócios – 23/09/2009	34
China supera EUA em cúpula climática - Sérgio Dávila – folha de São Paulo – Ciência – 23/09/2009	35
Em jantar, Lula diz que Brasil terá meta de corte – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Ciência – 23/09/2009.....	36
China dificulta reequilíbrio global – Valor econômico – Internacional – 23/09/2009.....	37
Mudança do clima: o engajamento da indústria – Armando Monteiro Neto – Folha de São Paulo – Opinião – 24/09/2009	38
G-20 vai substituir G-8 como Principal fórum econômico global - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/09/2009	39
Cúpula do G-20 acaba sem prazo para fim de subsídio a combustível fóssil – Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 26/09/2009.....	40
Países preparam série de medidas protecionistas - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 30/09/2009.....	41
OCDE e China negociam eliminar tarifas sobre produtos verdes - Darren Ennis _ Valor Econômico – Internacional - 30/09/2009	42

Desunião na Unasul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 01/09/2009

Areunião de cúpula da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), na sexta-feira passada em Bariloche, apenas serviu para mostrar que o nome do organismo é uma contradição em termos. Adesagregação política da região aumenta na razão direta da campanha de provocações a que recorre o caudilho venezuelano Hugo Chávez para fabricar os inimigos externos de que necessita a fim de justificar a sua escalada totalitária em seu país e para manter a sua ascendência sobre os governos bolivarianos de La Paz e de Quito.

A última invenção de Chávez com esse objetivo é a ameaça à segurança regional representada pela soberana decisão do presidente colombiano Álvaro Uribe de renovar um acordo com os Estados Unidos que já dura uma década, com a presença de algumas centenas de militares americanos em bases no seu território, para o combate às ações do narcotráfico e dos seus parceiros da narcoguerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Com a retórica incendiária de que se vale para os seus objetivos, Chávez chegou a acusar Uribe de estar fornecendo aos Estados Unidos as bases para um assalto ao petróleo venezuelano.

Como sempre, a diplomacia brasileira, com o seu ranço antiamericano, deu corda a mais essa ofensiva chavista – a ponto de o presidente Lula não perceber o ridículo de cobrar, não apenas de Uribe, mas também do presidente dos Estados Unidos, a apresentação de garantias jurídicas formais de que os efetivos americanos no país seriam utilizados exclusivamente para a segurança interna. Àquela altura, ele já havia recebido do governo Uribe um documento que assinala que as bases “colombianas, com autoridade colombiana, jurisdição colombiana, mas com cooperação técnica dos Estados Unidos”, jamais servirão a “um objetivo unilateral” de Washington.

Se outra fosse a posição brasileira, Lula não teria passado em Bariloche pelo dissabor de ser protagonista de umas mais patéticas reuniões do gênero de que se tem notícia na América do Sul, mesmo para os padrões desta parte do mundo. Para começar, não teve como se opor à decisão – proposta por Uribe – de permitir que o encontro fosse televisionado.

“Não podemos discutir questões de fundo”, protestou, exasperado. “Não acredito em reuniões transmitidas pela TV. A gente vir para uma reunião como chefe de Estado e cada um ficar falando para o seu público não dá certo.”

Num rasgo de lucidez se disse preocupado como que sairia na imprensa sobre a reunião.

De fato, o noticiário retratou um evento circense que deu em nada e cuja futilidade ficou perfeitamente demonstrada no palavroso documento final que o presidente peruano Alan García fulminou com rara franqueza. O texto, apontou, “não tem pé nem cabeça e não será entendido em nenhum lugar do mundo”.

Por exemplo, ao defender a adoção de “mecanismos concretos de implementação e garantias para todos os países aplicáveis aos acordos existentes com países da região e extrarregionais”. O que nele não é ininteligível é acaciano. É o caso da passagem que afirma que “a presença de forças militares estrangeiras não pode ameaçar a soberania e a integridade de qualquer nação sul-americana e, em consequência, a paz e a segurança na região”.

Uribe foi quem se saiu melhor. Na troca de estocadas com Chávez e seus pupilos, reafirmou que o acordo com os Estados Unidos não permite a circulação de armas e tropas estrangeiras nem em território colombiano, muito menos em países vizinhos. Criticou a

“falta de apoio de países da América do Sul” à sua luta contra o narcotráfico, enquanto os EUA ofereciam “ajuda prática”. Na declaração final, fez incluir um item sobre a necessidade de cooperação contra o terrorismo, o crime organizado e a presença ou ações de grupos armados.

Coube ao peruano Alan García a única intervenção bem-humorada da sombria reunião: aquela em que acalmou os temores de Chávez sobre o assalto americano ao seu petróleo.

Não haverá essa ameaça, observou, enquanto ele continuar vendendo todo o seu petróleo aos Estados Unidos. Todo mundo riu, com a exceção de Hugo Chávez, naturalmente.

Uma nova reunião sobre segurança regional, agora entre os chanceleres e ministros da Defesa da Unasul, com o Conselho de Combate ao Narcotráfico da entidade, foi marcada para este mês, em Quito. A falsa questão das bases colombianas acabará esvaziada.

Salvar a face – O Globo – Opinião – 01/09/2009

A duras penas, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) conseguiu evitar, na reunião extraordinária de sexta-feira, em Bariloche, uma ruptura diplomática entre Venezuela e Colômbia que assestaria um duro golpe na jovem organização, da qual o Brasil é um dos maiores incentivadores. Após cerca de sete horas de tensão, com bate-boca entre os presidentes do Equador, Rafael Correa, da Venezuela, Hugo Chávez, e da Colômbia, Álvaro Uribe, a reunião terminou com um comunicado que reconhece a soberania da Colômbia para autorizar os Estados Unidos a usarem bases em seu território para combater o narcotráfico e o terrorismo, mas adverte que esse tipo de acordo afeta a segurança da região inteira e que a presença de tropas de países estrangeiros não pode ameaçar “a soberania e a integridade de nação sul-americana alguma”.

Além disso, os presidentes decidiram encarregar o Conselho Sul-Americano de Defesa, outra organização recentíssima e dependente da Unasul, de estudar medidas para aumentar a confiança mútua e analisar um documento sobre o uso de bases militares na região.

São medidas destinadas a salvar a face da Unasul diante do furor desatado por Chávez e Correa contra a Colômbia, por conta da autorização para uso das bases em seu território pelos americanos, e da contrapartida reclamada pelo presidente Uribe: exame das relações militares entre Moscou e a Venezuela, cujos portos recebem visitas de navios de guerra russos.

As medidas, contudo, não conseguiram esconder o previsível fracasso do encontro. Mesmo que o Brasil tente, como tentou, fazer valer uma postura de liderança moderada no continente, este continuará dividido enquanto houver governos que apoiam o narcoterrorismo.

UE amplia ajuda a agricultor e pode afetar venda do Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 02/09/2009

A União Europeia (UE) está liberando € 4,2 bilhões de "dinheiro novo" para os agricultores europeus enfrentarem "novos desafios" em meio à crise econômica global. Uma das consequências podem ser maiores riscos e custos para exportações agrícolas do Brasil e do Mercosul ao mercado europeu.

A comissária agrícola Marian Fischer Böel disse ontem no Parlamento Europeu que o montante é para "fazer efeitos", mas sua assessoria insistiu que isso não significa novos subsídios e sim transferência de recursos para outras prioridades. Os fundos adicionais vêm do Pacote de Recuperação Econômica e do "balanço de saúde" da Política Agrícola Comum (PAC), destinado a novos "desafios" como combate à mudança climática, conservação da biodiversidade, gestão da água, energias renováveis, bem-estar animal.

Com os fundos adicionais, os 27 Estados-membros conseguem uma margem de flexibilidade para sua utilização, desde que cumpram metas de desenvolvimento rural no âmbito dos chamados novos desafios.

Esses temas podem ser um risco às exportações do Mercosul porque a UE deve regular a forma de aplicar os subsídios e transferir as exigências a terceiros países. De um lado, pode impor mais normas envolvendo sustentabilidade na produção de alimentos, manejo da água, boas práticas agrícolas. Também pode influenciar outros importadores a ampliarem exigências. Um exemplo: já existe um esboço de norma preparada pela UE para regular e etiquetar a produção de carnes dentro e fora do mercado europeu, o que elevaria o custos para exportadores do Brasil.

No Parlamento, Fischer Böel se concentrou na explicação do que significa a nova ajuda para o setor lácteo. Ela informou que este ano os gastos adicionais com subsídios à exportação para o setor serão de € 600 milhões por causa da crise.

Países voltam a discutir Doha, enquanto aumentamos subsídios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia e negócios – 03/09/2009

Alegando necessidade de ajudar setores mais afetados pela crise, os países ricos multiplicam seus subsídios à agricultura.

Hoje, ministros das maiores economias se reúnem na Índia para debater como retomar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mas, enquanto os discursos serão usados para mostrar compromisso com a reforma do sistema comercial, a realidade é que americanos e europeus ampliam os subsídios. Em alguns setores, o aumento é de 400% nos últimos três anos.

O Brasil e outros países emergentes darão uma mensagem de que está na hora de o governo americano mostrar que está disposto a fazer para abrir seu mercado e, sobretudo, reduzir os subsídios agrícolas. O encontro, que ocorre com a participação do chanceler Celso Amorim, foi organizado para tentar dar um sinal ao G-20

(grupo das 20 maiores economias) e visa a oferecer à cúpula do grupo visões do que fazer para avançar com Doha, em crise.

O Itamaraty deixa claro que está insatisfeito com o comportamento do presidente Barack Obama que, em nove meses, ainda não deu sinal de qual será sua política comercial.

A esperança, em Nova Délhi, é de que a Casa Branca finalmente revele sua estratégia.

Para o secretário de Comércio da Índia, Rahul Khullar, a meta da reunião é garantir que todos voltarão a negociar “de boa-fé”.

Mas Roberto Azevedo, embaixador do Brasil na OMC, alerta que os EUA não têm cumprido nem as regras do passado, o que põe em risco a credibilidade das novas negociações que já duram oito anos.

Nos EUA, os subsídios ilegais para alguns setores cresceram de US\$ 1,3 bilhão em 2006 para mais de US\$ 4,6 bilhões neste ano. Não por acaso, o presidente do Conselho Nacional do Algodão nos EUA, Mark Langer, se recusa a dizer quanto estão recebendo por ano. “Eu não tenho esse número de cabeça”, alegou, ao ser indagado pelo **Estado**.

No setor de carnes, trigo e milho, os subsídios também se multiplicaram.

O motivo teria sido a queda na renda do agricultor, causada pela redução dos preços de commodities e o desabamento no consumo mundial. “Os subsídios aumentaram de forma impressionante”, afirmou Haroldo Cunha, presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão.

No setor de carnes, os subsídios americanos ainda estão deslocando as exportações brasileiras em terceiros mercados.

Mas, em seus discursos, os americanos dão uma versão diferente.

“Dezenas de ministros estão trabalhando o máximo que podem para permitir uma conclusão da Rodada”, afirmou Ronald Kirk, representante de Comércio dos Estados Unidos.

Ele insiste que a mudança de governo abrirá caminho para um acordo. “O que fará a diferença é que há uma mudança no governo dos Estados Unidos, da Índia, África do Sul e outros. Há uma nova casta de países com uma nova liderança e vontade para fazer as coisas acontecerem”, disse.

Na Europa, a queda dos preços de commodities levou agricultores a protestar nas ruas de Bruxelas, principalmente representantes do setor do leite.

A Comissão Europeia retomou alguns dos subsídios que havia prometido eliminar. Nesta semana, a comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, anunciou que o setor lácteo receberia € 4 bilhões suplementares em ajuda.

A pressão por barreiras também aumenta. Nesta semana, a Associação Irlandesa de Produtores de Carne enviou uma carta à Comissão Europeia pedindo o fechamento total do mercado europeu para a carne bovina brasileira. O problema sanitário entre Brasil e Europa se prolonga por anos com cortes importantes à entrada da carne nacional.

O Brasil teve a criatividade, a ousadia e – por que não dizer? – a coragem de contestar em 2002, na Organização Mundial do Comércio (OMC), a política agrícola norte-americana para o algodão. Um dos produtos com maior volume de subsídios, ele é uma caricatura da capacidade de destruição do mercado internacional pelo poder dos recursos orçamentários de um país desenvolvido.

O algodão tornou-se o produto símbolo da Rodada Doha com a mobilização de Benin, Burkina Faso, Mali e Chade, que perdem mais do que o Brasil, pois suas economias são dependentes da cotonicultura.

O processo legal durou sete anos na OMC, com seguidas vitórias do Brasil. Apelação após apelação, o País colecionou todas as vitórias jurídicas possíveis.

Nesta semana, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC definiu claramente os direitos que o Brasil ganhou dentro das regras multilaterais de comércio.

O processo começou com o objetivo de obrigar os EUA a reduzir seus subsídios, cessando de causar danos à cotonicultura nacional. É dentro dessa mesma ótica que os direitos obtidos pelo Brasil devem ser usados.

Infelizmente, as regras da OMC não produzem o resultado direto de obrigar os EUA a alterar a política agrícola para o algodão. O acordo multilateral de comércio oferece ao vencedor o direito de retaliar comercialmente o país que causou os danos.

Disputa comercial não é guerra. O resultado deve ser visto como natural entre países que têm fortes laços comerciais.

Por exemplo, EUA e Canadá são os países com as maiores disputas comerciais. Como o acordo multilateral prevê como solução para as divergências a autorização para retaliar, o Brasil precisará ir em frente, impondo sanções para atingir seu objetivo inicial de forçar os EUA a alterar sua política agrícola.

O Brasil solicitou a autorização para retaliar não somente no âmbito do acordo de comércio de bens, mas também – em novo passo de criatividade, ousadia e, novamente, de coragem – no acordo de propriedade intelectual e no acordo de serviços da OMC.

Retaliar no comércio de bens é prejudicar as exportações de produtos norte-americanos para o Brasil. Será preciso identificar produtos cujo aumento do Imposto de Importação, acima do limite acordado na OMC, somente para a origem norte-americana, não prejudique o consumidor brasileiro.

Tarefa longe de trivial, porém possível. O objetivo será conquistar pela força do comércio aliados nos EUA, que levem o governo e o Congresso em Washington a entender a necessidade de colocar a política agrícola do algodão dentro dos limites de subsídios acordados em Genebra.

Retaliar em propriedade intelectual é deixar de pagar direitos nessa área – entre muitas possibilidades, direitos de patentes de produtos farmacêuticos, de softwares de informática ou sobre músicas ou filmes. Retaliar em propriedade intelectual não é pirataria. Muito pelo contrário, fortalece o acordo de propriedade intelectual da OMC, pois caracteriza direitos existentes que, com autorização formal, deixam de ser pagos.

Também aqui o objetivo deve ser angariar apoios em Washington que obriguem às necessárias mudanças na política do algodão. É inaceitável permitir que grupos ligados à cotonicultura pressionem o Congresso, obtendo enormes subsídios que causam sérios

prejuízos aos produtores do Brasil. É preciso despertar os interesses norte-americanos em propriedade intelectual. Mais do que despertar, é preciso retirá-los do comodismo. Sempre vigilantes na pressão no combate à pirataria, precisam compreender que subsidiar acima dos limites acordados, causando dano a outros, é pior do que pirataria.

Retaliar em propriedade intelectual favorece o consumidor do Brasil. Por seu caráter inovador, terá forte repercussão política, ajudando no desmonte da política agrícola ultrapassada e nefasta do algodão.

Deixar de pagar direitos sobre remédios contra o HIV, com todo o seu conteúdo político, pode ser o necessário e suficiente para obrigar às mudanças.

A decisão da OMC também incluiu o montante autorizado em direitos de retaliação. Considerando o caráter flutuante dos subsídios à produção de algodão, ofereceu uma fórmula que torna o direito de retaliação variável, de acordo com os subsídios anuais. O valor mínimo, resultado dos subsídios em 2006, foi de pouco menos de US\$ 300 milhões. Considerando que nos últimos anos os subsídios cresceram muito, estima-se que para 2009 os direitos de retaliação superem os US\$ 800 milhões.

A retaliação em propriedade intelectual ou serviços somente foi autorizada para períodos em que os direitos de retaliação forem elevados. Entendeu-se que em anos de menores subsídios e menores direitos de retaliação seria possível aplicar as sanções sem prejudicar a economia nacional, retaliando somente no âmbito do acordo de bens.

Também aqui a decisão da OMC foi inovadora. O grande aumento de subsídios em anos recentes tem sido no programa de auxílio ao crédito de exportação. Julgado ilegal pela OMC, continua a ser amplamente utilizado, até para outros produtos além do algodão.

O gatilho da possibilidade de retaliar em propriedade intelectual pode inibir a utilização daquele subsídio já em 2010.

Ganhamos até mais do que se previa em 2002. O essencial agora é usar com a mesma criatividade, ousadia e coragem os direitos adquiridos para atingir o objetivo inicial de obrigar os EUA a reduzir seus subsídios, deixando de causar dano ao produtor e à economia do Brasil.

No esforço de retomar as negociações da Rodada Doha, o Brasil deve informar sobre o início imediato das retaliações, oferecendo um choque reanimador ao moribundo.

Sem Doha, novo alento com a UE – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/09/2009

SÃO CADA vez mais evidentes os sinais de que a Rodada Doha encalhou de vez no neoprotecionismo sobretudo dos países ricos gerado no seio da crise financeira global. Se, antes da crise, com os preços das commodities muito acima das médias históricas, já havia pouco espaço para sucesso na abertura dos mercados agrícolas, agora ficou muito pior.

Ninguém quer dizer que Doha morreu. Nem deve. Enquanto houver um fio de esperança, é preciso insistir, porque é na OMC que as grandes questões comerciais serão encaminhadas e resolvidas.

No entanto, dada a pasmaceira da organização, países e blocos começaram a se movimentar por alternativas, sobretudo do tipo "acordos bilaterais". O governo brasileiro já sinaliza isso

como um plano B. E uma surpresa agradável apareceu: a União Europeia deu sinais de interesse em retomar as negociações com o Mercosul, abruptamente interrompidas em 2004, quando esperávamos um acordo com bases promissoras. Embora as propostas de então não fossem maravilhosas, um começo positivo se desenhava. Não importa analisar as causas daquele fracasso, até porque foram tantas, com culpas de todos os atores, que a especulação é inócua. E vale a pena, sim, retomar o entendimento. Afinal, a UE é o maior comprador do nosso agronegócio: um terço de tudo o que exportamos vai para lá. Também é verdade que os 27 países que a compõem têm diferentes interesses, e que muito do que lhes vendemos como matéria-prima é industrializado e reexportado com valor agregado maior. Nosso governo está se movimentando, felizmente, para chegar a uma reunião com a UE marcada para novembro, com propostas bem delineadas. A tarefa é monumental e o processo, extremamente complicado. Trabalhando a quatro mãos, o Itamaraty e o Ministério da Agricultura iniciaram, discretamente, sondagens com as cadeias produtivas do agronegócio brasileiro para atualizar as propostas e as restrições de cada uma. Depois disso, o governo precisa ainda ouvir o que querem os demais setores -indústria, serviços etc.- porque a UE tem claras demandas na abertura desses segmentos, alguns dos quais extremamente protegidos aqui e na Argentina. Depois que isso estiver tabulado -e os sonhos são díspares (uns querem cotas, outros querem o fim das tarifas, outros querem ambos, e assim por diante)-, nossos negociadores precisam articular isso tudo com os parceiros do Mercosul. E aqui, claramente, os interesses não se casam. Aliás, se Doha está na UTI, que dirá o Mercosul, sistematicamente atacado por algum país-membro que vê qualquer setor, especialmente industrial, ameaçado por outro membro do bloco! E se até hoje não conseguimos sequer harmonizar as grandes linhas macroeconômicas, que dirá as linhas setoriais, ainda mais específicas? Enfim, é nesse cenário complexo que se devem harmonizar os interesses do agronegócio do bloco regional. Isso feito, tarefa hercúlea, falta a negociação com a UE, com todos os problemas que a breparam em 2004. Não é trivial, e é preciso lutar. Há, por fim, uma outra novidade que pode azeitar o entendimento: Mercosul (essencialmente Brasil) e UE podem se unir para fazer projetos conjuntos na África -cooperação tripartite. Um tema de grande interesse para o Brasil: os europeus financiam os africanos e nós lhes vendemos tecnologia e equipamentos.

ROBERTO RODRIGUES, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

O G-20 e a governança econômica mundial – Sérgio Amaral – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 13/09/2009

As crises sucessivas dos anos 90, assim como a liderança intelectual de chefes de governo da Terceira Via, tais como Clinton, Blair, Fernando Henrique e Lagos, levaram a diversas propostas para uma reforma da “arquitetura do sistema financeiro”. A crise atual

trouxe um novo sentido de urgência e argumentos adicionais para a reforma da governança econômica global: a redução do peso relativo da economia norte-americana, a emergência da China, a crescente relevância política e econômica de outros países emergentes, como Índia, Brasil e África do Sul.

O Grupo dos 20 (G-20), elevado à cena principal do debate sobre os recursos, funções e a governança das instituições financeiras, sinalizou em sua reunião de Londres, em março, três caminhos:

- Mobilizar os recursos públicos para sanear os bancos e estimular as economias. Essa decisão conduziu a uma cooperação econômica internacional sem precedentes para irrigar os mercados com alguns trilhões de dólares e assim impedir uma crise sistêmica e o aprofundamento da recessão;

- estreitar a cooperação entre as agências regulatórias para adotar regras mais rigorosas na emissão dos chamados derivativos, aumentar a capitalização dos bancos e reduzir a remuneração de seus executivos;

- por fim, rever as atribuições e governança das instituições financeiras internacionais, inclusive para ampliar a participação dos países emergentes.

No momento em que a crise completa um ano, a injeção de recursos na economia foi um êxito. O fortalecimento do marco regulatório ainda está em curso.

A reunião ministerial do G-20, que acaba de se realizar em Londres, estabeleceu uma agenda com três metas: preparação dos bancos para o pós-crise, aumento da captação de recursos para a ampliação de sua base e seu capital e estabelecimento de limites para a concessão de empréstimos.

A reforma da governança financeira, porém, alcançou até agora resultados modestos, que são avaliados a seguir.

A convocação do G-20 foi um sinal positivo. Estabelecido em 1999, justamente para lidar com a crise da Ásia, sua composição mais ampla e sua competência em temas financeiros o credenciavam, mais que o G-8, a centralizar as decisões sobre a crise.

Para o futuro a questão está em saber se o G-20 ampliará o rol de suas competências ou voltará a restringir-se a questões puramente financeiras, deixando para o G-8 o privilégio de uma agenda mais ampla e de uma composição mais restrita.

A expansão dos membros do Fórum para a Estabilidade Financeira, agora chamado Conselho, e sobretudo a ampliação de sua agenda, com o reforço de suas funções de supervisão e regulação, também são bem-vindas.

Não obstante, suas competências ainda são limitadas em face da complexidade e dos desafios da economia globalizada.

A verdade é que a chave para as questões centrais da nova economia global ainda permanece com o FMI e, em menor grau, com o Banco Mundial e a OMC. O FMI recebeu novos recursos, no valor de US\$ 500 bilhões, e novas atribuições para avaliar as vulnerabilidades do sistema e promover a coordenação entre seus membros. Mas as mudanças na ponderação de votos são mais difíceis, dada sua natureza financeira, ainda que sua missão se tenha ampliado ao longo dos anos. As lentas negociações para a revisão de cotas para 2011 haviam chegado a uma transferência de votos, em favor do grupo em desenvolvimento, de pouco mais de 2%. Uma vez ratificada essa decisão, os países desenvolvidos passarão a ter 57% do poder de voto, enquanto os países em desenvolvimento terão um aumento para 43%.

A crise levou à reabertura da discussão sobre o tema. Os Brics já colocaram sobre a mesa sua pretensão de uma transferência adicional de 7%, o que daria paridade entre desenvolvidos e em desenvolvimento, com 50% para cada grupo. Os EUA, aparentemente, estariam dispostos a aceitar uma transferência da ordem de 5%. Mas os europeus, que hoje estão sobrerrepresentados, com 30% do poder de voto (os EUA têm 17%), resistem. Os ministros do G-20 deixaram o tema para a cúpula de presidentes, em Pittsburgh, no final do mês. A redistribuição das cotas será o reconhecimento do peso econômico da China e da relevância dos demais emergentes na economia global. Resta saber como será feita a divisão da nova fatia do bolo entre os emergentes e o quinhão que a China deixará aos demais.

As questões sobre a governança do Banco Mundial e da OMC são menos relevantes do ponto de vista do Brasil. O Banco Mundial continuará a ter importância decrescente como provedor de recursos para países com acesso a fontes alternativas de recursos, sobretudo se persistirem as condições de liquidez na economia mundial. A OMC, desde a sua criação, conta com um sistema decisório mais democrático, pois não prevê a ponderação de votos, como nas instituições financeiras, nem o poder de veto, como o Conselho de Segurança da ONU.

Sem o receio de uma catástrofe iminente e com os sinais à vista de recuperação da economia, o ímpeto renovador do G-20 corre o risco de ceder lugar aos interesses nacionais, às diferenças regionais e ao preconceito no que diz respeito a uma reforma mais profunda na governança das instituições econômicas internacionais.

Em consequência, a reforma poderá circunscrever-se a uma ampliação da participação dos países emergentes em órgãos de atuação específica ou periférica, como é o Conselho de Estabilidade Financeira; uma ampliação da agenda do G-20 que não venha a comprometer a supremacia do G7-G8; e uma redistribuição de cotas que resguarde o predomínio dos desenvolvidos no FMI.

Os dois últimos temas estarão na agenda da reunião de cúpula do G-20, em Pittsburgh, ao final de maio, onde o país-sede, como é de hábito nas reuniões desse grupo, deverá ter uma influência preponderante. Com a palavra o presidente Obama. ●

Sergio Amaral, diretor do
Centro de Estudos Americanos
da Faap, é conselheiro
de Felsberg e Associados

Banco do Sul funcionará em janeiro "com ou sem Brasil", promete Equador - Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 15/09/2009

O Banco do Sul deve começar a operar em janeiro de 2010 "com ou sem o Brasil", afirmou ontem o ministro de Políticas Econômicas do Equador, Diego Borja Cornejo, depois de lamentar que Brasília é o parceiro que mais tem "freado" a criação da instituição regional.

Em entrevista ao Valor, o ministro equatoriano insinuou que o Brasil não seria "solidário", apesar de sua dita opção estratégica pela integração regional, mas preferiu se focar no aspecto financeiro. "O Brasil acha que tem suficientes reservas internacionais e

não necessitaria desse tipo de instituição regional", afirmou. "É uma visão equivocada, porque já houve caso de país com muitas reservas que foram pulverizadas rapidamente."

Ele lamentou que o Brasil também não apoie a proposta de que parte dos Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI) seja destinado ao capital de instituições regionais, como o Banco do Sul.

Cornejo receberá hoje em Genebra o apoio da Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) à instituição, vista como embrião de novo modelo de banco regional na direção de uma "nova arquitetura financeira global".

O Banco do Sul é uma ideia do presidente da Venezuela, Hugo Chavez, e deveria ter começado a operar em 2008. Isso não aconteceu primeiro por causa da crise, e depois pela falta de entusiasmo de certos parceiros.

O representante equatoriano afirmou, porém, que o banco desta vez vai ser inaugurado em janeiro, com capital inicial de US\$ 70 milhões, dos quais US\$ 20 milhões viriam do Brasil. Ao longo de dez anos, o capital subiria para US\$ 7 bilhões.

Apesar de pouco dinheiro, a instituição terá três sedes: em Caracas (Venezuela), em La Paz (Bolívia) e em Buenos Aires (Argentina). Mas Cornejo explica que os países vão dividir as tarefas. Não há um presidente confirmado. Pelo momento, o Equador conta com seu economista Pedro Paez para comandar o banco.

Falando diante dos outros 154 países membros da Unctad, o ministro equatoriano explicou que o banco vai dar prioridade a financiar, por exemplo, a produção de remédios genéricos para enfermidades endêmicas e que mais causam mortes.

Para ele, a configuração do Banco do Sul poderia impulsionar um "pool" de reservas na região. A América Latina dispõe de mais de US\$ 500 bilhões de reservas que poderiam ser usadas em parte para financiar o desenvolvimento econômico regional, em vez de servir de maneira convencional para "blindagem" contra crises, na visão do equatoriano.

Agropauta: Zoneamento da cana será lançado pelo presidente Lula – Sítio Eletrônico do MAPA -16/09/2009

Brasília (16.9.2009) - O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lança o Zoneamento Agroecológico Nacional da Cana-de-açúcar (ZaeCana), nesta quinta-feira (17), às 11h30, na sede da Embrapa, em Brasília.

O ZaeCana vai orientar a expansão do cultivo da cana para a produção de etanol e açúcar, por meio de Projeto de Lei, que será encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional.

Após a solenidade, está prevista uma coletiva de imprensa, com presença dos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc. O credenciamento de jornalistas será feito pela Presidência da República, pelo telefone (61) 3411-1269 ou pelo e-mail: credenciais@planalto.gov.br

Zoneamento da cana-de-açúcar é pioneiro no mundo, diz Stephanes – Sítio Eletrônico do MAPA – 17/09/2009

Brasília (17.9.2009) - O zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar é, sem dúvida, um trabalho pioneiro e único no mundo. Houve um estudo com profundidade das questões agronômicas, climáticas e ambientais sobre o plantio da cultura no Brasil. A declaração é do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que participa, neste momento, em Brasília, do lançamento do zoneamento e das políticas públicas que vão orientar a expansão sustentável da cana-de-açúcar no País.

Stephanes informou que haverá 64 milhões de hectares aptos para o cultivo da cana. “Estimamos que, entre 8 e 10 anos, os produtores utilizarão mais seis milhões de hectares, o que é suficiente para dobrar a produção de cana-de-açúcar. Isso significa que o investidor terá muitas opções”, ressaltou.

O ministro da Agricultura disse, ainda, que o zoneamento, aliado a um acordo entre a iniciativa privada e o governo nas questões sociais, coloca o setor sucroalcooleiro como um dos mais estruturados nas questões sociais, econômicas e ambientais.

Stephanes fez questão de mencionar as instituições responsáveis pelo estudo como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM/MME).

Decreto do zoneamento da cana é publicado (Atualizada) – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/09/2009

Brasília (18.9.2009) - Os municípios com aptidão para o cultivo da cana incluídos no Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZaeCana) foram divulgados nesta sexta-feira (18) no Diário Oficial da União, pelo [Decreto N° 6.961](#). A norma orienta a expansão de novas unidades produtoras e identifica mais de 60 milhões de hectares próprios para a cultura da cana, em seus três tipos de aptidão (alta, média e baixa).

Estão previstos, no decreto presidencial, os parâmetros técnicos e a metodologia utilizada para a elaboração do ZaeCana. As áreas indicadas para a expansão do canavial compreendem total ou parcialmente 20 estados (TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, GO, MS, MT, ES, MG, RJ, SP, PR, SC e RS).

Na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), programada para a próxima quinta-feira (24), serão estabelecidos os critérios para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização do setor sucroenergético (cana, açúcar e biocombustíveis). O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, normatizando a expansão da cana e restringindo essa matéria-prima nos biomas Amazônia, Pantanal e Bacia do Alto

Paraguai, foi encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem 764/2009. (*Inez De Podestà*)

O segundo fracasso da Unasul – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/09/2009

A reunião de ministros das Relações Exteriores e da Defesa dos 12 países da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em Quito, só poderia terminar em retumbante fracasso – menor do que o fiasco da reunião de presidentes, em Bariloche, apenas porque os ministros resolveram se comportar com mais recato do que os chefes de governo e não permitiram o televisionamento dos debates. Afinal, o que a maioria dos membros da Unasul quer, o governo da Colômbia não pode dar. Os regimes bolivarianos do caudilho Hugo Chávez e de seus epígonos Evo Morales e Rafael Correa querem, em última análise, que a Colômbia não assine com os Estados Unidos um acordo de cessão de uso de bases militares que servirão para o monitoramento do tráfico de drogas no coração da região produtora de coca e nas rotas do Caribe e para o combate às Farc, a narcoguerrilha que há mais de 40 anos tenta tomar o poder pelas armas. Os governos bolivarianos da Venezuela, Bolívia e Equador elegeram os EUA como o inimigo a combater e farão o possível para impedir que Washington continue ajudando a Colômbia na luta contra a narcoguerrilha. O governo brasileiro, em mais esse caso, atua como linha auxiliar do coronel Chávez, exercendo forte pressão sobre Bogotá. O curioso é que os países que se dizem preocupados com a estabilidade da região – que, segundo eles, seria ameaçada pela presença de no máximo 800 soldados e civis norte-americanos na Colômbia – não apenas não consideram as Farc um fator de grave perturbação regional, como não perdem oportunidade para fustigar o governo democrático do presidente Álvaro Uribe, que tem enfrentado a narcoguerrilha com bastante sucesso – graças à aliança com os EUA, que agora está renovando. Para o governo brasileiro, por exemplo, a narcoguerrilha é um problema exclusivamente colombiano.

Daí nunca ter ajudado o país vizinho a combater efetivamente a narcoguerrilha, que já invadiu território brasileiro e matou soldados brasileiros.

Mas quando a Colômbia decide renegociar um acordo de cooperação militar com os EUA, o chanceler Celso Amorim articula a reação contra aquela iniciativa e exige “garantias formais” do governo colombiano de que o acordo não resultará em agressões militares contra o território dos países vizinhos.

O governo de Bogotá recusase a dar as tais garantias, até porque o texto do acordo ainda está sendo negociado e os outros países da Unasul, principalmente o Brasil, se recusam a dar explicações, como sugeriu a Colômbia, a respeito dos acordos de venda de armas e transferência de tecnologia militar que estão sendo feitos com países de fora da região – a França, no caso do Brasil, e a Rússia, no caso da Venezuela.

“Temos um problema muito grave, pois a Colômbia não percebe o incômodo que isso (o acordo) causa nos outros países e não procura solucioná-lo”, afirmou o chanceler Celso Amorim, contrariado com o fracasso da reunião de Quito.

Ora, o governo brasileiro deveria estar, não incomodado, mas seriamente preocupado com os danos que a narcoguerrilha causa à Colômbia – que manteve as instituições e as práticas democráticas durante mais de 40 anos de violenta comoção, sem

recorrer a instrumentos de exceção – e com os males que o tráfico de drogas e de armas causa ao Brasil. O fato é que o coronel Chávez tem mal disfarçadas simpatias pelas Farc. Recorde-se que o presidente Uribe o dispensou da função de mediador no processo de libertação da ex-senadora Ingrid Bettancourt quando Chávez sugeriu que a narcoguerrilha fosse reconhecida como força beligerante.

Agora, em Quito, seu representante propôs que a Unasul, além de monitorar as bases colombianas que receberão o pessoal e os equipamentos norte-americanos, assuma a condução do processo de paz na Colômbia. Obviamente, os ministros das Relações Exteriores e da Defesa da Colômbia rejeitaram a proposta. Estava por demais evidente que a manobra dos agentes de Chávez se destinava a criar uma situação que os Estados Unidos não poderiam aceitar e a abrir caminho para que, iniciado o processo de paz, as Farc fossem reconhecidas como força beligerante – o que lhe daria um status político igual ao governo eleito de Bogotá. Interessa ao Brasil continuar apoiando essa aberração?

EUA sugerem novos acordos com o Brasil – Raquel Landim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/09/2009

Em sua primeira visita ao Brasil, o novo representante comercial dos Estados Unidos, Ronald Kirk, vai sugerir ao País mecanismos para “administrar” as relações entre os dois países. Para o governador presidente americano Barack Obama, selar novos acordos bilaterais pode ser uma forma de resolver conflitos como o contencioso do algodão.

Kirk não quis antecipar ontem, em encontro com empresários em São Paulo, as propostas que levará hoje ao ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Mas deixou escapar algumas pistas. Ele citou acordos de investimento, de tributação e deixou aberto a possibilidade de ressuscitar uma negociação de livre comércio.

“Ter algum desses acordos em vigor pode nos ajudar a fortalecer o que já é uma boa relação”, disse Kirk no evento da Câmara Americana de Comércio (Amcham). “Todos reconhecem que ter uma estrutura mais formal para as relações de comércio é bom.”

Os acordos de proteção de investimento e tributação são reivindicações antigas dos empresários, mas as discussões estão paradas no Congresso. Já as negociações para um acordo de livre comércio entre os EUA e o Mercosul estão paralisadas desde o fim das discussões da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A sutil sinalização americana ocorre em um momento delicado.

Como os americanos se recusam a retirar os subsídios aos produtores de algodão, a Organização Mundial de Comércio autorizou o Brasil a retaliar, por exemplo, quebrando patentes de medicamentos.

O tema é sensível para a poderosa indústria farmacêutica americana. Ontem, o evento da Amcham era patrocinado pela Merck Sharp & Dome. Quando um empresário perguntou o que os EUA poderiam fazer para evitar a quebra de patentes, Kirk brincou que “mais parecia um pedido de ajuda do que uma pergunta”. E reiterou sua expectativa de que o Brasil opte por não retaliar.

“Não quero prejudicar nada, por enquanto, porque o Brasil ainda vai decidir.”

O americano fez apenas uma menção formal à Rodada Doha. Afirmou que a conclusão da Rodada pode estimular o crescimento econômico, mas é preciso encontrar um resultado balanceado.

Amorim tem criticado o governo Obama por sua reticência em avançar nas negociações multilaterais.

Na conversa com os empresários, Kirk ressaltou que o comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos é muito pequeno. Em 2008, o Brasil exportou US\$ 27,6 bilhões para os EUA e importou US\$ 25,8 bilhões.

Indagado sobre as tarifas impostas contra pneus chineses, Kirk disse que a proteção já estava prevista nas regras aceitas pela China ao entrar na OMC. “No curto prazo, pode ser que os EUA comprem mais pneus do Brasil.”

Ontem à tarde, Kirk se reuniu com empresários e sindicalistas, mas o governo americano não divulgou os nomes.

Hoje, ele se encontra com Amorim e outras autoridades em Brasília.

OMC teme escalada de retaliações e protecionismo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/09/2009

A guerra comercial entre China e Estados Unidos pode abrir uma fase nas relações entre os países de “olho por olho, dente por dente” e põe a Organização Mundial do Comércio (OMC) em alerta. Para o diretor-geral da entidade, Pascal Lamy, o temor é que a situação criada pelos dois gigantes do comércio provoque retaliações mútuas.

Lamy participa na semana que vem da reunião das 20 maiores economias (G-20), nos EUA.

Mas admite que os países do grupo desrespeitaram suas próprias promessas de retirar barreiras e distorções criadas no primeiro momento da crise.

Na semana passada, o presidente americano Barack Obama anunciou a criação de uma taxa sobre a importação de pneus chineses, depois de ser pressionado pelos trabalhadores do setor, alegando que os produtos importados estavam tirando empregos. A China responde na segunda-feira abrindo uma queixa na OMC e iniciando investigações de dumping contra o frango e autopeças americanos. A disputa chegou a abalar as bolsas de valores.

“Isso é motivo de preocupação”, admitiu Lamy. Ele acredita que os problemas são pelo menos dois. O primeiro: as medidas adotadas pelos dois países são contrárias às promessas feitas pelo G-20 para evitar uma piorada crise. Em relatório que circulou no início da semana, Lamy indicou que se há sinais positivos na economia mundial, os governos deveriam começar a pensar sobre como retirar as barreiras que criaram no primeiro momento da crise.

Com a crise, muitos governos justificaram que precisavam de medidas excepcionais para um momento considerado excepcional. O problema é que ninguém indicou quando essas medidas serão retiradas. Na prática, as medidas distorceram o comércio. “A retirada de medidas protecionistas não ocorreu”, criticou o francês. “Vimos aumento de tarifas de importação que não foi revisto.”

O segundo temor de Lamy é que guerracomercialentreChina e EUA desencadeie uma seqüência de retaliações, o que ampliaria o protecionismo. Jeffrey Sachs, economista da Universidade de Columbia, também alertou ontem sobre o risco de uma “escalada” na guerra comercial entre americanos e chineses.

Para Lamy, que por anos foi o comissário de Comércio da Europa, a ameaça do protecionismo pode continuar por alguns. Isso porque o desemprego ainda vai se ampliar, o que também significa uma pressão de empresas e sindicatos sobre seus governos para que estabeleçam barreiras à importação. “O desemprego estará conosco por um bom tempo.”

Mas, para Lamy, há esperanças de que a rivalidade entre EUA e China não complique ainda mais o cenário internacional.

“Tanto Washington como Pequim tem interesse em reforçar o sistema multilateral.”

Lamy acredita que o sistema de solução de disputas da OMC dará sua palavra sobre o argumento chinês de que as barreiras americanas são injustas.

Colômbia diz que pode sair da Unasul - Samy Sdghirni – Folha de São Paulo – Mundo – 17/09/2009

Ministro da Defesa afirma que possibilidade terá de ser considerada caso vizinhos sigam insensíveis a preocupações colombianas

Gabriel Silva cita "aliança" contra Bogotá na região; chanceler argentino critica falta de flexibilidade da Colômbia em reunião

A Colômbia aventou ontem a possibilidade de sair da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) devido ao que vê como falta de sensibilidade dos países vizinhos em relação ao combate ao terrorismo e ao narcotráfico. O anúncio veio no dia seguinte a encontro de chanceleres e ministros da Defesa do bloco, em Quito, no qual Bogotá ficou isolada ao se recusar a dar explicações sobre um pacto militar firmado com os EUA. "Se esse impasse se perpetuar e não virmos uma preocupação pelo armamentismo, o tráfico de armas, o narcotráfico, o crime organizado, se não houver sensibilidade por esses temas que são os dos colombianos, [a] possibilidade [de sair da Unasul] precisaria ser avaliada", disse o ministro colombiano da Defesa, Gabriel Silva. A declaração se inscreve na estratégia de defesa do governo colombiano contra as críticas dos 11 outros países da Unasul ao pacto assinado com a Casa Branca para permitir o uso de sete bases colombianas por tropas americanas. A Colômbia alega que a ajuda americana é indispensável para combater os cartéis da droga e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e se recusa a dar garantias formais por escrito de que os EUA não usarão as bases colombianas para atacar outros países.

Intimada na reunião de Quito a dar explicações, Bogotá se disse incompreendida e exigiu que as mesmas cobranças de transparência fossem feitas aos acordos para compra de equipamento de guerra recém-firmados entre Brasil e França e entre Venezuela e Rússia. O ministro Silva ontem rejeitou acusações de que a Colômbia teria feito naufragar o

encontro e reiterou as queixas, feitas na véspera em entrevista à Folha, de que os países da Unasul se focam na questão das bases em detrimento de outros temas sensíveis para a segurança da região. Para Silva, houve uma "aliança" contra Bogotá. Não há perspectiva de retomada das conversas sobre o tema. A Colômbia nunca se sentiu confortável na Unasul, tendo aderido relutantemente ao bloco criado no ano passado por impulso do Brasil. A saída da Colômbia da Unasul, que funciona na base do consenso, praticamente enterraria o bloco em seu formato atual. A suposta intransigência da Colômbia, criticada na véspera pelo Brasil e pela Bolívia, foi questionada ontem também pela Argentina. "Houve um grande esforço [na reunião] e se trabalhou muito na construção de confiança e consenso. Todos demonstramos flexibilidade, todos contribuímos, mas, na verdade, houve muito pouca flexibilidade do lado da Colômbia", disse o chanceler Jorge Taiana antes de deixar Quito. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse que o comportamento da Colômbia "dá pena". "A Colômbia não quer dar garantias. Em todo caso, não insistiremos em garantias, porque, se há alguma garantia, é que essas bases vão, sim, ser usadas contra nós [a Venezuela]", afirmou.

Obama dá força para os protecionistas - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 17/09/2009

Frangos e pneus contribuem com uma fração insignificante do fluxo de comércio existente entre a China e os Estados Unidos, que movimentou US\$ 408 bilhões no ano passado. A China faturou US\$ 1,8 bilhão exportando pneus para os EUA. Os produtores americanos de frango receberam US\$ 850 milhões para ajudar a saciar a fome dos chineses.

É improvável que as duas potências queiram transformar em algo mais sério as escaramuças iniciadas nos últimos dias por causa dessas mercadorias. Os dois lados têm interesse em evitar que a rixa tire o foco de questões mais urgentes, como a necessidade de reerguer a economia global sem plantar as sementes da próxima crise.

Mas o episódio ampliou a tensão entre os dois países numa hora inconveniente e terá implicações para o resto do mundo, ao transmitir sinais preocupantes sobre a direção que os americanos querem dar à sua política comercial e fortalecer os grupos que mais têm contribuído nos EUA para criar obstáculos à liberalização do comércio mundial.

Na sexta-feira, o presidente dos EUA, Barack Obama, decidiu adotar uma tarifa de 35% na importação de pneus chineses. Horas depois, a China ameaçou criar barreiras contra frangos e autopeças americanas. Na segunda-feira, Obama justificou sua iniciativa dizendo que é preciso mostrar à China que as regras do comércio internacional são para valer. O conceito é bonito, mas o argumento é cínico.

Primeiro, porque os americanos não hesitam em ignorar as regras quando elas não servem aos seus interesses. Faz sete anos que o Brasil recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC) para forçar os EUA a reformar os subsídios recebidos pelos produtores americanos de algodão. A OMC já deu razão ao Brasil, mas os EUA continuam se recusando a cumprir as determinações da organização.

Em segundo lugar, a China não desrespeitou regra nenhuma desta vez. O surto nas importações de pneus chineses que motivou a medida tomada por Obama resultou de decisões dos próprios fabricantes americanos, que nos últimos anos transferiram parte da sua produção para fábricas na China para reduzir custos trabalhistas e continuar competitivos.

Obama impôs a tarifa aos pneus para atender um pedido de um dos sindicatos mais poderosos dos EUA, os Metalúrgicos Unidos (USW, na sigla em inglês). O sindicato ajudou Obama na campanha eleitoral do ano passado e o presidente agora conta com seu poder de mobilização para vencer a resistência que seus projetos tem encontrado no Congresso.

Em entrevistas concedidas nesta semana a jornalistas americanos, o presidente do sindicato, Leo Gerard, avisou que está preparando petições semelhantes para barrar importações de outros produtos chineses. O setor siderúrgico e a indústria têxtil já manifestaram interesse em usar a seu favor o mesmo instrumento aplicado contra os pneus.

Ninguém sabe como Obama reagirá diante de novos pedidos de proteção. "Algumas pessoas acham que a decisão tomada agora o deixa livre para dar impulso a iniciativas liberalizantes no futuro, mas duvido que os sindicatos e outros grupos que se opõem ao livre comércio darão folga ao presidente só por causa dos pneus", diz John Veroneau, um ex-negociador comercial que deixou o governo recentemente para trabalhar no escritório de advocacia Covington & Burling.

O ex-presidente George W. Bush fez um movimento semelhante em 2001, quando estendeu a mão à indústria siderúrgica e impôs tarifas para frear importações de vários países, incluindo a China e o Brasil. Não adiantou nada. Bush continuou enfrentando dificuldades para promover sua agenda comercial no Congresso e mais tarde teve que revogar a medida por determinação da OMC.

Obama falou grosso com a China e outros parceiros comerciais dos EUA durante a campanha presidencial, mas mudou de tom depois que as urnas se fecharam e passou a transmitir sinais tranquilizadores, alimentando esperanças de que estava disposto a resistir às pressões protecionistas dos aliados e dos vários grupos de interesse que exercem influência no Congresso dos EUA.

Essa impressão inicial vem se desfazendo aos poucos. Obama aceitou que barreiras contra empresas estrangeiras fossem incluídas pelo Congresso em seu plano de estímulo econômico. Até empresas americanas e canadenses perderam negócios por causa disso. Caminhoneiros mexicanos foram impedidos de atravessar a fronteira com os EUA por uma decisão do Congresso que também recebeu seu apoio tácito.

Obama nunca articulou de maneira consistente sua política para essa área. Ele prometeu se empenhar para reativar as negociações da Rodada Doha de liberalização comercial e tirar do limbo os tratados bilaterais assinados no fim do governo Bush com a Coreia do Sul, a Colômbia e o Panamá, que ainda precisam ser aprovados pelo Congresso para entrar em vigor. Nada aconteceu.

A única coisa que Obama deixou claro até agora é que sempre estará pronto para fazer concessões aos grupos protecionistas se achar que isso é necessário para que sua agenda doméstica avance. O caso dos pneus não é o único que deixou isso evidente. Em fevereiro, Obama propôs limites rigorosos para os subsídios agrícolas dos EUA, mas a bancada que defende os produtores americanos estrilou e ele rapidamente esqueceu o assunto.

A falta de liderança dos EUA na área comercial é um problema sério para países como o Brasil, que apostaram alto no sucesso da Rodada Doha para eliminar barreiras que travam o avanço de seus exportadores. Sem o interesse americano, não há acordo possível em Genebra. O fortalecimento do protecionismo no país que tem o mercado consumidor mais cobiçado do planeta é também um risco para a economia, num momento em que o mundo começa a festejar os sinais de que o pior da crise ficou para trás.

Ricardo Balthazar é correspondente em Washington

Brasil pode mudar política de emissões – Herton Escobar e Leonêncio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 18/09/2009

A posição sobre a inclusão do desmatamento evitado no mercado de carbono e já aceita negociar a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) nos países em desenvolvimento como um mecanismo compensatório para o cumprimento das metas das nações desenvolvidas.

A posição que o País levará em dezembro para a cúpula de Copenhague, na qual será fechado um novo acordo internacional de combate às mudanças climáticas, deverá ser definida até outubro. O prazo foi estabelecido ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após uma reunião em Brasília com governadores da Amazônia, ministros e lideranças científicas do setor.

“Chegamos a um acordo, saiu uma posição comum. Governo e governadores se uniram para defender a Amazônia”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

O ponto mais polêmico é se os créditos de carbono obtidos via REDD nos países em desenvolvimento poderão ser usados pelas nações desenvolvidas para compensar parte de suas próprias emissões. A posição atual do Brasil, defendida nas negociações preparatórias das Nações Unidas para Copenhague, é contrária ao REDD como mecanismo compensatório. O governo defende que o REDD funcione apenas como um mecanismo voluntário de financiamento de projetos de proteção florestal, nos moldes do que já é feito com o Fundo Amazônia.

Os governadores da Amazônia, porém, querem que os créditos de REDD sejam compensatórios, como forma de estimular o mercado. Assim, haveria um incentivo financeiro real para quem evita o desmatamento e preserva a floresta em pé.

O coordenador da Força Tarefa sobre REDD e Mudanças Climáticas, Virgílio Viana, saiu otimista da reunião. Segundo ele, houve um entendimento de que o REDD pode funcionar tanto como um mecanismo voluntário quanto compensatório.

No último caso, haveria uma cota máxima de utilização (10%) para evitar que os países desenvolvidos abusem do mecanismo e deixem de reduzir suas emissões apenas para comprar créditos dos países florestais.

Além disso, a cota seria complementar à meta de redução de cada país – e não parte dela. “Funcionaria como um pacote. Os países se comprometeriam com uma meta de redução doméstica e outra, de redução internacional, via REDD”, disse Viana ao **Estado**.

Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, nada está decidido. “O que nós queremos é que não seja compensatório”, disse ele ao **Estado**. “A ideia é que o REDD seja um mecanismo de mercado, mas no sentido de que os

países desenvolvidos tenham como parte de suas obrigações comprar de créditos de carbono de países que preservam a floresta em pé.”

SEMÂNTICA

No final, Viana e Rezende podem estar falando a mesma coisa, apenas com uma linguagem diferente. Isso porque, ao estabelecer uma obrigatoriedade de compra de créditos REDD, se criaria, na prática, um mecanismo compensatório adicional – só que separado das metas domésticas de redução de emissões. ●

Brasil pode mudar política de emissões – Herton Escobar e Leonêncio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 18/09/2009

A posição sobre a inclusão do desmatamento evitado no mercado de carbono e já aceita negociar a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD) nos países em desenvolvimento como um mecanismo compensatório para o cumprimento das metas das nações desenvolvidas.

A posição que o País levará em dezembro para a cúpula de Copenhague, na qual será fechado um novo acordo internacional de combate às mudanças climáticas, deverá ser definida até outubro. O prazo foi estabelecido ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após uma reunião em Brasília com governadores da Amazônia, ministros e lideranças científicas do setor.

“Chegamos a um acordo, saiu uma posição comum. Governo e governadores se uniram para defender a Amazônia”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

O ponto mais polêmico é se os créditos de carbono obtidos via REDD nos países em desenvolvimento poderão ser usados pelas nações desenvolvidas para compensar parte de suas próprias emissões. A posição atual do Brasil, defendida nas negociações preparatórias das Nações Unidas para Copenhague, é contrária ao REDD como mecanismo compensatório. O governo defende que o REDD funcione apenas como um mecanismo voluntário de financiamento de projetos de proteção florestal, nos moldes do que já é feito com o Fundo Amazônia.

Os governadores da Amazônia, porém, querem que os créditos de REDD sejam compensatórios, como forma de estimular o mercado. Assim, haveria um incentivo financeiro real para quem evita o desmatamento e preserva a floresta em pé.

O coordenador da Força Tarefa sobre REDD e Mudanças Climáticas, Virgílio Viana, saiu otimista da reunião. Segundo ele, houve um entendimento de que o REDD pode funcionar tanto como um mecanismo voluntário quanto compensatório.

No último caso, haveria uma cota máxima de utilização (10%) para evitar que os países desenvolvidos abusem do mecanismo e deixem de reduzir suas emissões apenas para comprar créditos dos países florestais.

Além disso, a cota seria complementar à meta de redução de cada país – e não parte dela. “Funcionaria como um pacote. Os países se comprometeriam com uma meta de redução doméstica e outra, de redução internacional, via REDD”, disse Viana ao **Estado**.

Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, nada está decidido. “O que nós queremos é que não seja compensatório”, disse ele ao **Estado**. “A ideia é que o REDD seja um mecanismo de mercado, mas no sentido de que os

paísesdesenvolvidostenhamcomoparte de suas obrigações comprar de créditos de carbono de países que preservam a floresta em pé.”

SEMÂNTICA

Nofinal,VianaeRezende podem estar falando a mesma coisa, apenas com uma linguagem diferente. Isso porque, ao estabelecer uma obrigatoriedade de compra de créditos REDD, se criaria, na prática, um mecanismo compensatório adicional – só que separado das metas domésticas de redução de emissões. ●

Isenção ao Brasil não é ‘vitalícia’, dizem os EUA - Renato Andrade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/09/2009

O representante de Comércio dos Estados Unidos, embaixador Ron Kirk, afirmou ontem que o sistema de tratamento especial dado às exportações brasileiras não pode ser renovado indefinidamente.

Apesar dos apelos da indústria e da posição do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, favorável à renovação do chamado Sistema Geral de Preferências (SGP), Kirk enfatizou que o mecanismo de isenção de tarifas não deve ser tratado como “vitalícia”.

Kirk buscou, durante rápida visita a Brasília, enfatizar a necessidade de fortalecimento das relações comerciais entre os dois países, evitando se estender sobre questões polêmicas, como a possibilidade de o Brasil retaliar os americanos em resposta aos subsídios aos produtores de algodão.

Os sinais sobre a possibilidade do fim do SGP para cerca de 15% das exportações brasileiras foi dado em encontro com a direção da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “O que o embaixador disse foi que isso não pode ser uma muleta permanente nem algo vitalícia”, afirmou Armando Monteiro Neto, presidente da CNI.

A questão tem sido tratada no Congresso americano. Alguns parlamentares defendem a exclusão de países como Brasil e Índia do sistema, pois já teriam alcançado um nível de desenvolvimento que não justifica o benefício.

Os empresários defendem que o sistema seja mantido porque o Brasil não tem acordo de livre comércio com os Estados Unidos.

Amorim usou a crise financeira global para justificar a prorrogação do SGP. “Temos interesse em manter o sistema funcionando, especialmente num momento de crise da economia que houve uma inversão da tendência do comércio”, disse ao lado de Kirk, após reunião no Palácio do Itamaraty.

Kirk, entretanto, sugeriu que os dois países devem negociar o uso de novos instrumentos, como os acordos de cooperação em investimento e comércio (TIFA, na sigla em inglês), para incrementar os negócios. “A relação comercial entre Brasil e EUA é boa, mas certamente não é o que pode ser.”

Amorim mostrou disposição de conversar sobre o tema, mas enfatizou que “em hipótese nenhuma o Brasil entrará em uma negociação que fira os princípios do Mercosul”.

O bloco negocia acordos comerciais com outros países ou grupos.

PARCIMÔNIA

A questão das sanções contra os subsídios ao algodão foi tratada, por ambos, com parcimônia. Amorim reafirmou que ainda não há decisão sobre impor ou não medidas de retaliação, como autorizou a Organização Mundial do Comércio (OMC).

“Estamos nos preparando para as ações que serão necessárias caso não haja mudança na política americana. Evidentemente, esperamos que haja mudanças na política de modo que ela se torne compatível com as regras da OMC.”

Já Kirk salientou que o governo Barack Obama ficaria muito satisfeito se houvesse a oportunidade de um acordo, mas ponderou que entende que cabe ao Brasil fazer um “trabalho técnico” antes de decidir.

‘WSJ’ ataca medida anti-China

Em editorial para a edição na Ásia, o ‘Wall Street Journal’ (WSJ) diz que “o presidente Barack Obama deu um grande passo em direção ao hall da Infâmia do protecionismo ao invocar uma lei que nunca foi usada para sobretaxar pneus chineses. Mas essa lei está longe de ser o único meio legal disponível para os protecionistas americanos. Por exemplo, olhe para o aço”. Segundo WSJ, na quarta-feira o Departamento do Comércio recebeu um pedido de proteção da indústria de aço contra a concorrência estrangeira. A US Steel e a V&M Star Ohio acusam Pequim subsidiar de forma desleal a produção de tubos e as empresas chinesas estão vendendo tubos nos EUA abaixo do custo. Essas importações são equivalentes a US\$ 400 milhões por ano. As companhias querem compensar isso através da aplicação de impostos tributáveis sobre as firmas chinesas para 'equilibrar o jogo' dos subsídios.

● DOW JONES NEWSWIRES

Representante dos EUA diz que momento não favorece acordo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/09/2009

Apesar de considerarem possível a conclusão da Rodada Doha em 2010, tanto o chanceler Celso Amorim como o representante de Comércio dos Estados Unidos, Ron Kirk, avaliam que a costura do acordo ainda dependerá de muito esforço. Segundo Amorim, as condições que o Brasil e a maioria dos países consideram necessárias para a retomada da rodada são diferentes das avaliadas pelos americanos. Para o chanceler, as questões agrícolas e de desenvolvimento para países pobres devem ser a prioridade da rodada, enquanto Kirk ressaltou que também é necessário assegurar o acesso de países desenvolvidos a esses mesmos mercados.

A semana que vem é decisiva para o G-20 e o FMI. Nos dias 24 e 25, ocorre em Pittsburgh, nos Estados Unidos, a cúpula dos chefes de Estado e governo do G-20.

A agenda do encontro é bastante ampla. Em parte dos temas, o Brasil tem interesse defensivo, isto é, procura evitar compromissos prejudiciais.

Em relação a outras partes da agenda, somos indiferentes ou apenas moderadamente interessados.

A reforma do FMI é uma das áreas em que o Brasil e outros países em desenvolvimento têm interesses predominantemente ofensivos. Estamos lutando para alcançar resultados importantes em Pittsburgh.

Não é fácil, claro. Mas também não é impossível. O principal obstáculo é a Europa, como se sabe.

De uma maneira geral, os europeus estão super-representados no FMI. E não querem abrir mão das suas posições.

Em certo sentido, a dificuldade da reforma é natural. A redistribuição de quotas e poder de voto no FMI é um jogo-de-soma-zero. A participação do Brasil e de outros países em desenvolvimento só pode crescer se alguém encolher.

A Europa é a região que deveria encolher mais. Com algumas exceções, os países europeus têm uma participação no poder de voto e nas quotas totais que é muito maior do que o seu peso atual na economia mundial.

Por outro lado, a redistribuição não é, na verdade, um jogo-de-somazero. A Europa precisa escolher entre dois caminhos.

Insistir a ferro e fogo em ter uma participação exagerada numa instituição com problemas de legitimidade e baixa aceitação em várias partes do mundo. Ou ter uma participação menor, mas ainda significativa, em uma instituição mais representativa e equilibrada.

Teremos de continuar usando uma combinação de persuasão e pressão.

Difícilmente conseguiremos resultados sem esticar a corda.

O Brasil não está sozinho nessa batalha. Contamos com alguns aliados importantes. Os EUA e alguns outros países desenvolvidos são mais receptivos à redistribuição de poder decisório — até porque a sua participação atual nos votos e quotas do FMI não discrepa tanto do seu peso relativo na economia mundial.

Com os países em desenvolvimento do G-20, temos muito campo comum em matéria de FMI. Só saberemos com segurança na semana que vem, mas tudo indica que a nossa alavanca principal será a atuação conjunta dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China).

Esse agrupamento não é arbitrário, como às vezes se afirma. Os BRICs são obviamente muito diferentes do ponto de vista político, econômico, histórico e cultural. Mas têm pontos cruciais em comum.

São países de grande porte em termos econômicos, geográficos e populacionais.

E estão entre os poucos países em desenvolvimento que demonstram capacidade de atuar de forma independente.

Os objetivos que os BRICs buscarão em Pittsburgh foram enunciados no comunicado conjunto divulgado após a reunião dos ministros das Finanças e presidentes de

Banco Central em Londres, no último dia 4. O comunicado está na página do Ministério da Fazenda na internet (ver Sala de Imprensa, Notícias).

Não há espaço para discutir aqui todos os pontos relativos a FMI.

Menciono apenas o que parece ser o principal objetivo dos BRICs: uma transferência da ordem de 7 pontos percentuais de quotas dos países avançados para os países de mercado emergente e em desenvolvimento.

Atualmente, os avançados têm 60% das quotas totais e os países em desenvolvimento, 40%. A meta, portanto, é passar para 53%/47%.

Com essa transferência, a distribuição das quotas no FMI passaria a corresponder, grosso modo, à participação das economias avançadas e em desenvolvimento no PIB mundial. Se formos bem-sucedidos em Pittsburgh, será o início da maior mudança de poder decisório na história do FMI.

Concorrência do pré-sal ameaça etanol - Renato Cruz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/09/2009

O etanol teme ser atropelado pelo pré-sal. Os usineiros querem que o governo defina claramente qual é a política pública no País para o setor de combustíveis para evitar experiências como a do Programa Brasileiro do Alcool (Proálcool), que nasceu, cresceu e foi morto ao sabor das cotações internacionais de petróleo.

Eles temem que as atenções voltadas ao petróleo acabem levando o etanol a perder espaço no mercado local e visibilidade internacional, num momento em que lutam para transformá-lo num produto de exportação.

Até a descoberta do petróleo da camada pré-sal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vinha projetando no exterior a imagem do Brasil como o País que iria fornecer energia renovável para o mundo.

“Estamos conversando com o governo”, afirmou Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). “É preciso criar uma regra garantindo que o etanol continuará a ser o número um na matriz de combustíveis e que a gasolina é uma alternativa. Não se pode achar que o mercado, com a flutuação dos preços, vai decidir.” Ele argumentou que é preciso dar segurança aos investidores e aos consumidores.

A euforia do pré-sal e a depressão da crise internacional atingiram em cheio a indústria da cana-de-açúcar. O etanol é um sucesso de vendas, mas muitas empresas foram soterradas pelo endividamento que vinham carregando, quando o crédito secou. Somado a isso, o estudo polêmico divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente na semana passada, apontando os carros movidos a gasolina como menos poluentes que aqueles movidos a álcool, veio manchar de cinza a imagem verde do etanol. O estudo tem sido contestado pela Unica e por vários especialistas.

O carro flex fuel, uma invenção brasileira, é a chave do sucesso do etanol no País. No fim de 2008, o consumo nacional do combustível ultrapassou o da gasolina. No ano passado, foram vendidos 2,3 milhões de carros flex, comparados a 217 mil a gasolina e somente 84 a álcool. O consumo de etanol no País cresceu 27% entre janeiro e agosto, ante o mesmo período de 2008, segundo a ETH Bioenergia, do Grupo Odebrecht.

EFEITOS DA CRISE

Mas esse êxito não reflete a situação de grande parte das usinas.

Acrise fez com que empresas pedissem recuperação judicial, como a Companhia Albertina, usina localizada em Sertãozinho (SP). Outras foram compradas, como foi o caso da NovAmérica, absorvida pela Cosan em março deste ano.

“Para as empresas descapitalizadas, a crise foi um golpe muito duro”, afirmou Marcos Lutz, vice-presidente comercial e de logística da Cosan, maior grupo brasileiro de açúcar e álcool. No ano fiscal encerrado em março, a empresa investiu R\$ 1,346 bilhão, excluindo aquisições.

Os investimentos em andamento foram decididos há dois ou três anos. “Estamos inaugurando três usinas”, afirmou José Carlos Grubisich, presidente da ETH Bioenergia. “Vamos passar de uma capacidade de moagem de 13 milhões de toneladas para de 28 milhões a 30 milhões em 2014.” Segundo o executivo, apesar de ainda não ter fechado nenhum negócio, a ETH tem analisado oportunidades de aquisição. Esse movimento de fusões e aquisições é o que toma a atenção do setor no momento, mais do que qualquer projeto novo.

Nas semanas passadas, o governo anunciou um projeto de zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, proibindo o plantio da cultura em 81,5% do território.

Apesar de os usineiros discordarem de muitos pontos do projeto, a definição da área de plantio, para preservar o ambiente, é importante para a pretensão do País de se tornar grande exportador de etanol.

Assim como o acordo assinado com o governo em junho, que garantiu condições mínimas de trabalho, o regulamento ajudará a evitar barreiras não-tarifárias ao etanol brasileiro. Os importadores querem garantias de que o etanol não é resultado de desmatamento e de condições sub-humanas de trabalho.

Mas a exportação ainda é difícil, dependendo muito de oportunidades como a falta do produto em mercados específicos.

Os Estados Unidos, a Europa e o Japão definiram metas de redução do consumo de combustíveis fósseis, o que deve aumentar a demanda internacional.

Os empresários reconhecem, no entanto, que essa demanda pode levar alguns anos para se concretizar.

O esforço para transformar o etanol numa commodity ainda não deu resultado. “A expectativa é que, em 2010, seja definida uma especificação comum para o álcool anidro (que é adicionado à gasolina)”, afirmou Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. “As perspectivas são muito alvissareiras.”

ONU quer pressão sobre líderes na reunião do clima – Estado de São Paulo – Vida & - 22/09/2009

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu ontem à sociedade civil internacional que aumente a pressão sobre os líderes políticos que se reunirão amanhã em Nova York para dar um novo impulso à luta contra as mudanças climáticas.

Ban fez essa convocação acompanhado do ex-primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair e do ator australiano Hugh Jackman, na cerimônia de abertura da Semana da Mudança Climática em Nova York.

“Quero que a pressão sentida nesta sala seja transferida aos líderes que se reunirão aqui amanhã”, disse o secretário-geral das Nações Unidas aos executivos de empresas e ativistas de organizações não-governamentais presentes no ato, realizado na Biblioteca Pública.

O evento serviu como prévia da cúpula que a partir de hoje reunirá, na sede da ONU, mais de cem chefes de Estado e de governo, convocados pelo secretário-geral para impulsionar as negociações de um novo acordo mundial para combater o aquecimento global.

Ban solicitou aos presentes que transmitam aos seus países a necessidade de alcançar um acordo para reduzir emissões de gases poluentes na conferência sobre mudança climática de dezembro, em Copenhague. “É um imperativo moral e político que selemos um acordo em Copenhague”, insistiu Ban, que assinalou que o objetivo da cúpula de amanhã é “acelerar a passagem das negociações”.

Ban pediu aos líderes mundiais que não atuem “apenas de acordo com seus interesses nacionais, mas como líderes mundiais que devem resolver um problema que afeta a todos”.

Já Blair ressaltou que o importante nas negociações prévias à reunião de dezembro na capital dinamarquesa não é se concentrar em porcentagens concretas de redução de emissões, mas em “encaminhar o mundo para um menor consumo de dióxido de carbono”.

PREVISÕES

“Hoje, se somos honestos, temos que reconhecer que o ritmo das negociações não é tão rápido como desejaríamos”, apontou o enviado especial dos EUA para a mudança climática, Todd Stern.

O sucessor de Blair e primeiro-ministro britânico Gordon Brown anunciou ontem que pretende participar do encontro em Copenhague, caso sua presença colabore para a assinatura de acordo na conferência.

Em artigo para a revista *Newsweek* ele pede que outros líderes sigam o exemplo

A renovação do álcool - Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 22/09/2009

O ZONEAMENTO agroecológico da cana-de-açúcar, prometido há mais de dois anos pelo governo Lula, deixou as gavetas do palácio. Com ele, o país reconhece que não há retorno na exigência, pelo mercado global, de certificados de boa procedência ambiental e social de commodities como o álcool combustível. É a imagem da maior inovação do país no campo sensível das energias renováveis que está em jogo. Desde que os biocombustíveis entraram em voga mundial como alternativa parcial ao petróleo, o Brasil, na condição de maior exportador, esteve sob pressão. Condições degradantes de trabalho, poluição do ar pela queima da palha antes da colheita, ameaça à segurança alimentar na competição por terras e indução ao desmatamento pesavam sobre o álcool como supostas nódoas de origem, mesmo que infrequentes. O pacote delineado no projeto de lei e no decreto relativos ao zoneamento constitui resposta à altura. Foi excluída toda a extensão dos biomas Amazônia e Pantanal das áreas mapeadas como aptas, assim como o entorno do segundo, onde nascem muitos dos seus rios. Proíbe-se suprimir vegetação nativa, em toda parte, para cultivar cana. O crédito oficial incentivará

a ocupação de pastagens abandonadas. O Ministério da Agricultura terá de certificar, em cada aumento de área, a ausência de risco para a produção de alimentos. A mecanização completa, com consequente abandono da queima da palha, ocorrerá até 2017. A dúvida que resta atinge o Congresso, que dificilmente votará o projeto de lei ainda neste ano. É pequeno o risco, contudo, de que a demora desencadeie um processo preventivo de desmatamento. Os próprios produtores, tudo indica, já se convenceram de que a sustentabilidade das vendas e do lucro também depende de fazer a coisa certa.

China quer liderar negociações do clima – Folha de São Paulo – Ciência – 22/09/2009

Premiê Hu Jintao deve anunciar hoje proposta de redução de emissões em cúpula especial da ONU; Lula não participa

Anúncio poderá quebrar impasse em torno do acordo de Copenhague e aumentar pressão sobre os EUA por compromissos ambiciosos

DA REDAÇÃO

A China deve anunciar hoje metas de redução de emissões de gases-estufa, assumindo a liderança na negociação do novo acordo de proteção do clima, a ser assinado em Copenhague, e ajudando a quebrar o impasse que ameaça afundar o tratado. O anúncio deverá ser feito pelo premiê Hu Jintao numa reunião especial convocada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, na sede da ONU em Nova York. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não participará do encontro. A cúpula de hoje é considerada por Ban a última chance de mobilizar chefes de Estado para "selar o acordo" (como diz o slogan adotado pela ONU) em Copenhague. A 77 dias do encontro, ainda não há consenso sobre questões fundamentais. Funcionários do governo chinês disseram que o país não assumirá metas absolutas de corte, mas sim uma meta de "intensidade de carbono". Ou seja, os chineses se comprometeriam a diminuir a quantidade de CO2 emitida por dólar gerado na economia. Ao lado dos EUA, a China é hoje o maior poluidor do mundo. Entre 1990 e 2005, suas emissões cresceram 129%, quase tudo devido a usinas termelétricas a carvão. O anúncio deve pôr mais pressão em cima do maior poluidor histórico, os EUA. O nível de ambição dos chineses e dos americanos é a chave para o sucesso em Copenhague. Mas a meta do governo Barack Obama de redução para 2020, além de ser considerada pífia (um corte de no máximo 3% em relação a 1990), depende ainda da aprovação, pelo Senado, de uma lei de mudança climática. Nas últimas semanas, Obama tirou o foco do clima para se concentrar na reforma do sistema de saúde dos EUA, de difícil aprovação no Congresso. Isso pode pôr em risco a nova lei. O chefe da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, elogiou os chineses. "Esse conjunto de medidas levará a China a ser um líder mundial na questão da mudança climática, e será bem irônico ouvir isso expresso amanhã [hoje] num país [os EUA] que tem a firme convicção de que a China não está fazendo nada contra a mudança climática", disse Boer. Além de Hu e de Obama, participam da cúpula hoje o presidente francês,

Nicolas Sarkozy, o premiê eleito do Japão, Yukio Hatoyama, e o premiê da Dinamarca, Lars Rasmussen, além de líderes de algumas das nações mais vulneráveis ao clima.

Avestruz

O presidente Lula não participará da reunião. Amorim disse que não sabia ao certo qual havia sido o critério para definição dos países presentes na cerimônia de abertura, mas que o que tinha ouvido até agora é que os países mais poluidores e os que mais sofrem com danos ambientais haviam sido convidados (O Brasil é o quinto maior poluidor). "Achamos que a participação nas outras mesas não seria adequada." Lula também não participará de um encontro convocado por Ban sobre desmatamento e mudanças climáticas amanhã. Apesar disso, o tema clima deve integrar o discurso de Lula na abertura da Assembleia Geral da ONU, amanhã. O Greenpeace criticou a ausência, lembrando que o premiê do Reino Unido, Gordon Brown, disse anteontem que iria a Copenhague e exortou outros líderes a fazerem o mesmo. "Isso mostra que esse acordo só se resolverá no nível de chefes de Estado", disse o diretor da ONG, Marcelo Furtado. "Em vez de usar a oportunidade para mostrar liderança, o Brasil se faz de avestruz."

EUA propõem ao G20 novo equilíbrio global – Fernando Canzian – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/09/2009

Casa Branca quer que países com elevado saldo comercial, como China, Japão e Alemanha, consumam e importem mais

Governo Obama tenta obter apoio de emergentes no encontro de cúpula desta semana acenando com maior voz a eles no FMI

Os norte-americanos vão tentar convencer os países membros do G20 nesta semana em Pittsburgh, nos EUA, a aceitarem uma proposta ambiciosa com o objetivo de reequilibrar as contas externas das maiores economias do mundo. Em resumo, as economias que têm hoje elevados superávits comerciais (como China, Japão e Alemanha) se comprometeriam a estimular seu mercado interno para depender menos dos EUA e absorver mais exportações de países deficitários (dos EUA, principalmente, do Reino Unido e da Índia, por exemplo). Acordos semelhantes já foram tentados no passado. Não obtiveram sucesso principalmente diante da resistência da China, que tem uma taxa de câmbio artificial para estimular suas exportações.

Dessa vez, no entanto, os EUA querem convencer chineses e outros emergentes a se engajarem na proposta acenando com uma considerável mudança no peso dos países em desenvolvimento no FMI (Fundo Monetário Internacional) e no Banco Mundial. Em vez de uma participação de 57% das economias avançadas e 43% dos emergentes no Fundo, a divisão entre os dois blocos ficaria meio a meio. Os EUA são os maiores sócios do Fundo, com cota de 17,5%. Outra contrapartida norte-americana seria o compromisso de reduzir rapidamente seu

deficit público. Isso eliminaria o temor de países (principalmente China) que têm trilhões de dólares aplicados em títulos do Tesouro dos EUA. A maior resistência ao plano, batizado de "Programa para o Crescimento Sustentado e Equilibrado", ainda parte da União Europeia. Especialmente porque o aumento das cotas dos emergentes no FMI e no Banco Mundial se daria principalmente pela redução do peso de alguns países do bloco europeu. Para tentar convencer os europeus, os EUA também acenam com a imposição de limites para o pagamento de compensações a executivos de bancos em seu país. Esta é uma das exigências das duas maiores economias europeias (França e Alemanha) para levar adiante um acordo mais abrangente no G20. Ainda não está claro como seria o formato geral do plano, mas uma das principais ideias é que o próprio FMI estabeleça metas de deficit e superávit para vários países de forma a reequilibrar o papel de importadores e exportadores na economia global. O plano não prevê um sistema de punições para quem não atingir ou não caminhar no sentido das metas. Mas elas seriam cobradas, acompanhadas ou revistas em encontros periódicos no FMI. Na prática, os representantes dos países no Fundo já operam como uma espécie de secretariado do G20. Os EUA também vêm sendo muito incisivos junto aos líderes de outros países ao dizer que eles não poderão mais contar com o mercado norte-americano funcionando como um grande "aspirador" da produção e exportação globais. Os americanos sinalizam também que haverá estímulos internos para que as famílias poupem mais e reduzam o nível recorde de endividamento -que está na raiz desta crise. Em carta dirigida a outros membros do G20 há alguns dias, Michael Froman, assessor sênior da Casa Branca para assuntos econômicos, disse: "Assim que as poupanças pública e privada começarem a crescer nos EUA, o mundo sofrerá com um crescimento menor, a não ser que os outros países do G20 estimulem políticas de crescimento de seu mercado doméstico." Os EUA contam ainda com o temor de uma estagnação global ou de uma nova crise de grandes proporções para tentar aprovar a sua proposta. Segundo um membro da equipe brasileira, a proposta norte-americana ainda não chegou a ser discutida formalmente pelos membros do G20.

China e EUA falam em esforço para reduzir emissões de CO2 – Estado de São Paulo – Vida& - 23/09/2009

Ontem, dia em que a Organização das Nações Unidas sediou em Nova York uma reunião sobre o combate às mudanças climáticas com representantes de mais de cem países, os presidentes da China e dos Estados Unidos, que respondem por 40% das emissões de CO2, afirmaram que farão esforços para reduzi-las, mas sem estabelecerem metas concretas.

Hu Jintao, o mandatário chinês, comprometeu-se a reduzir as emissões de gases-estufa em seu país até 2020 em uma quantidade não determinada, mas "importante", tendo como referência os níveis de 2005 – outros países, como o Japão, são mais ambiciosos e usam como referência o ano de 1990.

Jintao afirmou que vai desenvolver as energias renováveis e nuclear e que pretende aumentar sua participação no país para cerca de 15% até 2020. Ele também anunciou que quer aumentar a cobertura florestal do país em 40 milhões de hectares antes de 2020. Disse ainda que os países ricos devem fazer esforços de redução de emissões e “apoiar os países em desenvolvimento”.

Equipe para os países pobres “a prioridade é o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a melhora da qualidade de vida”. Comentando a fala de Jintao, o enviado dos EUA para o clima, Todd Stern, afirmou que “tudo depende do número”, ou seja, da meta de redução de emissões.

O presidente americano, Barack Obama, afirmou na reunião da ONU que seu país está “determinado a agir”. “Ajornada é árdua e não temos muito tempo para realizá-la”, disse. Ele procurou mostrar comprometimento com o tema antes da reunião crucial sobre o clima a ser realizada em dezembro, em Copenhague, na qual as nações tentarão alcançar um novo tratado para combater o aquecimento global, mas não falou em metas concretas.

Obama está sendo pressionado para aprovar uma lei interna que reduza as emissões de gases-estufa e estimule as energias limpas.

Um projeto que propõe o corte de 17% para o ano de 2020, também com base nas emissões de 2005, foi aprovado na Câmara, mas dificilmente uma versão revisada pelo Senado será fechada neste ano.

O presidente americano conclamou todos os outros países – ricos e pobres – a enfrentar o problema. Ele afirmou que isso tem de ser feito, apesar da dificuldade de investir em energias renováveis enquanto o mundo tenta se recuperar de uma recessão econômica. “Todos nós enfrentaremos dúvidas e dificuldades em nossas capitais ao tentarmos alcançar uma solução duradoura para a mudança climática. Mas a dificuldade não é desculpa para complacência.”

Obama insistiu na responsabilidade de todas as nações.

Afirmou que países desenvolvidos como os EUA têm “a responsabilidade de liderar” o processo, mas as nações que se desenvolvem rapidamente devem fazer a sua parte.

O Tesouro americano anunciou ontem que destinou US\$ 1 bilhão (R\$ 1,8 bilhão) do plano de reativação econômica de US\$ 787 bilhões (R\$ 1,4 trilhão) aprovado em fevereiro para projetos de energia limpa.

● O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem de um jantar em Nova York, nos Estados Unidos, com chefes de Estado e de governo.

Lula preparou um texto que seria entregue ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, em que fala que o combate às mudanças climáticas é responsabilidade de todos e que o Brasil fará a sua parte.

Lula diz que o Brasil e outros países em desenvolvimento propõem que as nações ricas reduzam suas emissões em, no mínimo, 40% até 2020, tendo como base os valores de 1990. “É inaceitável esperar que os países em desenvolvimento arquem na prática com a maioria das reduções”, diz Lula, que defende apoio financeiro para projetos de tecnologia limpa.

EUA chegam ao G-20 enfraquecidos - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia – 23/09/2009

Apesar do status de celebridade do presidente Barack Obama, os Estados Unidos chegam com estatura reduzida à cúpula das 20 maiores economias (G-20), em Pittsburgh, que começa amanhã. O principal motivo é a recente guinada protecionista do governo Obama, com a imposição de tarifas de 35% sobre os pneus chineses e a insistência em não cumprir as determinações da Organização Mundial do Comércio (OMC) no caso do algodão.

Mas não é só isso. O país tem pouco a mostrar em várias áreas. Já faz um ano que o banco Lehman Brothers quebrou e até agora a regulamentação financeira patina. A principal ideia do governo, de estabelecer uma agência de proteção ao consumidor de produtos financeiros, enfrenta oposição ferrenha dos bancos e do Congresso.

A Securities and Exchange Commission (SEC, a comissão de valores mobiliários dos EUA), estuda formas de tornar a remuneração de executivos financeiros sujeita à sua aprovação.

Essa é uma maneira de evitar medidas mais drásticas como tetos aos pagamentos.

O próprio Obama não demonstra grande disposição de bater de frente com os bancos, apesar de seu discurso contra os abusos. “Por que é que nós vamos limitar a remuneração de executivos de Wall Street, mas não de empreendedores do Vale do Silício ou da liga de futebol americano”, disse na semana passada. Mas a França e a Alemanha fizeram dessa questão uma “prioridade não negociável”, como disse ontem a ministra das Finanças francesa, Christine Lagarde.

Em relação à proposta de um mecanismo para corrigir os desequilíbrios globais, em que os EUA teriam de reduzir seu déficit e endividamento e aumentar sua poupança, Obama tampouco terá muito a mostrar. Até o fim do ano, o Tesouro terá de pedir ao Congresso um aumento no teto da dívida pública – atualmente em US\$ 12 trilhões.

O déficit do orçamento deste ano será de US\$ 1,58 trilhão, o equivalente a 11,2% do PIB. A única vez em que os EUA tiveram um déficit dessa magnitude foi durante a Segunda Guerra Mundial. A promessa de redução do déficit do orçamento com reforma da saúde é considerada uma “previsão excessivamente otimista” por vários analistas.

“A credibilidade dos EUA, principalmente em comércio, foi duramente atingida, e sua capacidade de liderança no G-20 diminuiu”, disse Dan Ikenson, diretor associado de Política Comercial do Instituto Cato. “O Brasil poderia dizer que, enquanto os EUA afirmavam só estarem cumprindo as regras da OMC ao impor tarifas sobre a China, quando se tratava de cumprir determinação do sistema de resolução de controvérsia da OMC no caso do algodão, a história é outra.”

Para Tim Duy, professor de Economia da Universidade de Oregon, o mecanismo de equilíbrio é ótimo – não papel. “Trata-se de algo que os abem, mas ninguém, particularmente a China ou os EUA, pode fazer um comprometimento sério para redução dos desequilíbrios”, diz. “A economia americana está estruturalmente desalinhada, em um grau perturbador. Nós não fabricamos os produtos que queremos comprar e temos a capacidade de produzir coisas – como casas caras – que ninguém quer comprar.”

Em seu blog, Simon Johnson, pesquisador do Peterson Institute, assinala que a abordagem dos desequilíbrios não terá resultado até que se ponha pressão sobre os países superavitários para valorizar suas moedas.

“Mas não vejo como a proposta do governo vá mudar isso, principalmente com o secretário Timothy Geithner e a secretária Hillary Clinton tão ansiosos em ser deferentes aos chineses compradores de títulos da dívida dos EUA.”

Os EUA também chegam a Pittsburgh na defensiva, já que vários países ressaltam que a crise começou nos EUA e, por isso, os americanos precisam mostrar serviço. A chanceler alemã Angela Merkel pede limites de remuneração para executivos financeiros, especialmente nos EUA, “porque causaram a crise global”. A Alemanha, ao lado da China e do Japão, acumula superávits comerciais com os EUA e resiste a interferências em seu modelo exportador.

A China também aponta para a culpa dos EUA na falta de supervisão financeira e especulação. E os europeus dizem não entender por que eles teriam de abrir mão de seu poder no FMI, em benefício de emergentes, por causa de um processo desencadeado pelos EUA.

Sem concluir Doha, crise continuará, diz OMC – Jamil Chade – estado de São Paulo – economia e negócios – 23/09/2009

Os líderes do G-20 ouvirão do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, um duro alerta sobre a paralisação das negociações na Rodada Doha. O processo não avança, mesmo após as promessas do G-20 em suas reuniões anteriores.

Lamy, ontem em Genebra, evitou até fazer projeções otimistas de que a rodada poderia ser concluída em 2010, como havia sido indicado pelo G-20 em abril.

Lamy agora levará a mensagem à cúpula do G-20, no fim da semana, de que a crise continuará se nada for feito em relação às negociações. Em um recado velado ao governo americano, que não fez até hoje uma proposta de liberalização na OMC, Lamy deixará claro que países precisam mostrar liderança no processo. E isso seria traduzido em flexibilidade em suas posições negociadoras.

O Brasil deixou claro que, pelo ritmo do processo, não há como fechar um acordo em 2010 e identifica explicitamente a Casa Branca pela falta de avanço e pela insistência de pedir apenas a abertura dos mercados emergentes.

Outro recado que o G-20 receberá é que os investimentos continuarão em queda no restante do ano, mesmo com os sinais positivos da economia mundial.

Os dados foram publicados ontem pela ONU. Nos seis primeiros meses de 2009, as economias do G-20 receberam investimentos 40% abaixo dos níveis de 2008. Para o ano, o volume de investimentos para esse grupo deve chegar a US\$700 bilhões, contra um volume total no mundo que irá variar entre US\$900 bilhões a US\$1,2 trilhão

Numa reunião inédita, mas que acabou sem efeitos práticos, o presidente chinês, Hu Jintao, ofuscou a estrela do evento, o americano Barack Obama, ao anunciar quatro medidas que seu país tomará para combater o aquecimento global. Já o americano repetiu promessas de campanha, mas está amarrado pelo Congresso, que ainda debate sua proposta energética-ambiental.

Os dois líderes se reuniram na manhã de ontem com colegas de cerca de 100 países na ONU (Organização das Nações Unidas), numa cúpula organizada pelo secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon, como preparativo para a reunião de Copenhague, em dezembro. A ideia era ganhar impulso político para o novo acordo de proteção ao clima, a ser assinado lá.

Pouco foi alcançado, embora progressos tenham sido feitos. O premiê japonês, Yukio Hatoyama, reafirmou sua intenção de cortar 25% das emissões até 2020 em relação a 1990. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, sugeriu uma nova cúpula do clima para novembro. Líder do 5º maior emissor mundial, Luiz Inácio Lula da Silva não compareceu ao encontro. À noite, porém, no seu jantar de encerramento, prometeu que o Brasil apresentará um número de redução de emissões. Hu e Obama se comprometeram com medidas antiaquecimento global, o que marca uma dupla ruptura: do primeiro com a recusa da China em discutir limites; do segundo com o governo do antecessor, George W. Bush, que nem sequer reconhecia o fenômeno climático. A China tomará quatro decisões, disse Hu: cortar a emissão de gases-estufa por uma "margem notável" até 2020, em relação aos níveis de 2005, embora ele tenha se recusado a dar números e tenha condicionado tal corte a um aumento do PIB; aumentar o uso de combustíveis "limpos" para 15% do total em 2020; aumentar o ritmo de reflorestamento de seu país; e desenvolver a "economia verde". Nada disso, avisou, será realizado se o custo for uma queda no desenvolvimento social: "Devido ao baixo nível de desenvolvimento e à escassez de capital e tecnologia, países em desenvolvimento têm capacidade e meios limitados para lidar com mudança climática". Já Obama disse que seu país fez mais nesse setor no seu governo do que "em qualquer outra época". Citou como exemplo a primeira proposta nacional de um limite de consumo por litro da frota americana. Mas admitiu que mais avanços dependem da agenda doméstica, e essa está encalacrada por conta da polêmica da reforma do sistema de saúde pública. Obama conseguiu aprovar na Câmara dos Representantes (deputados) um projeto de lei que limita as emissões, mas a discussão no Senado deve ficar para o ano que vem, ou mesmo nem ser aprovada nesta legislatura, que se encerra em 2010. Ainda assim, o democrata prometeu trabalhar com seus colegas de G20, grupo das economias mais ricas do mundo, que se reúne no fim da semana, para diminuir os subsídios a combustíveis fósseis. E cutucou o colega chinês -China e EUA respondem por 40% do total mundial de emissão de gases-estufa. "Dificuldade não é desculpa para complacência." "Desconforto não é desculpa para inação e nós não podemos permitir que o perfeito seja inimigo do progresso", continuou. "Cada um de nós tem de fazer o que puder para fazer

crescer nossas economias sem colocar em risco nosso planeta, e devemos fazer isso tudo juntos."

Em jantar, Lula diz que Brasil terá meta de corte – Janaina Lage – Folha de São Paulo – Ciência – 23/09/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem em discurso no jantar de encerramento da reunião do clima que o Brasil está preparado para apresentar na conferência de Copenhague um número de redução de emissões. Até agora, o país ainda não se comprometeu com um percentual de corte. Em discurso, o presidente diz que o número demonstrará a determinação do país de adotar ações efetivas para o esforço global e que representem um "desvio significativo" da trajetória normal de emissões. O número ainda está sendo calculado, e há uma disputa interna no governo sobre qual seria o tamanho desse desvio. "Esperamos que todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, apresentem o mesmo nível de ambição em suas posições para a conferência", disse Lula, que não compareceu à cúpula de ontem. Segundo Lula, a principal contribuição do país no futuro imediato será o combate ao desmatamento. O próprio secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, já havia feito críticas ao nível de desmatamento no país. Lula lembrou os dados do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que prevê uma redução até 2017 de 70% em desmatamento. Até 2020, a redução alcançaria 80%. "O combate ao desmatamento não é, como se pensa muitas vezes, ação de fácil execução", disse.

O presidente voltou a citar a criação do Fundo Amazônia, que até agora só recebeu contribuição da Noruega. Lula convidou os demais países a doarem para o fundo. Lula destacou que, para que a Copenhague tenha êxito, não basta que os países em desenvolvimento se comprometam com reduções nas emissões. Voltou a cobrar um compromisso maior dos países ricos. O presidente citou o IPCC (o painel do clima da ONU), que sugere que os desenvolvidos diminuam suas emissões entre 25% e 40% até 2020, com base nas emissões de 1990. A proposta do Brasil é que os países ricos reduzam em, no mínimo, 40%. "Os números apresentados pelos países desenvolvidos até o momento geram, na melhor das hipóteses, redução coletiva de 11%", disse. No discurso, Lula voltou a fazer campanha pelos biocombustíveis. Disse estar convencido de que não será possível enfrentar a mudança do clima sem aumento expressivo no uso internacional de fontes renováveis. "É inaceitável esperar que os países em desenvolvimento arquem na prática com a maioria das reduções."

Os gastos previstos no pacote de incentivo econômico e o crédito bancário recorde da China estão interrompendo os esforços de reestruturação da economia, no sentido de afastá-la do crescimento movido a investimentos e exportações em favor do consumo particular, disse o Banco de Desenvolvimento da Ásia (BDA).

A explosão de investimentos e empréstimos fez com que o BDA elevasse a sua projeção para o crescimento econômico da China este ano, da estimativa anterior de 7% para 8,2%, em um relatório divulgado hoje. A previsão para 2010 foi revista de 8% para 8,9%.

O Grupo dos 20 (G-20) vai discutir esta semana, em reunião em Pittsburgh, nos EUA, políticas para reduzir os desequilíbrios nos gastos mundiais e no consumo, que contribuíram para desencadear a crise financeira.

O pacote de incentivo da China, de 4 trilhões de iuan (US\$ 585 bilhões), que visa contrabalançar a declínio acentuado das exportações, está deixando o país, terceira maior economia do mundo, mais dependente dos investimentos.

"O enorme incentivo fiscal anunciado no ano passado e o agressivo relaxamento monetário de 2009 amorteceram o golpe representado pela crise global", disse Lee Jong-Wha, economista-chefe do BDA. O desafio do governo agora é "atrair novamente a atenção para os esforços de reestruturação, depois que a economia tiver deixado para trás o estímulo fiscal."

O BDA, sediado em Manila, faz empréstimos para os países subdesenvolvidos para promover o crescimento social e econômico.

Os investimentos responderam por 6,2 pontos percentuais dos 7,1% de expansão econômica da China no primeiro semestre, disse o BDA. O consumo contribuiu com 3,8 pontos percentuais, e o declínio no superávit comercial eliminou 2,9 pontos percentuais.

O presidente dos EUA, Barack Obama, destacou a necessidade de harmonizar os desequilíbrios mundiais, em entrevista à TV CNN, no fim de semana. "Não podemos voltar para a época em que os chineses ou os alemães ou outros países simplesmente vendem tudo para nós. Estamos eliminando um bocado de dívidas no cartão de crédito e em empréstimos vinculados a imóveis, mas não estamos vendendo nada para eles", disse Obama. As negociações de Pittsburgh se concentrarão em "garantir que exista uma economia mais equilibrada", acrescentou.

Pequim deve equilibrar a necessidade de manter o incentivo econômico e o risco de que o crédito excessivo financie os investimentos especulativos em ações e imóveis, mine a

qualidade dos ativos dos bancos e alimente a inflação, disse o BDA. "Esse cenário poderá desencadear uma rodada de aperto monetário severo no médio prazo, que puxaria o crescimento econômico de volta para baixo", disse a instituição.

Mudança do clima: o engajamento da indústria – Armando Monteiro Neto – Folha de São Paulo – Opinião – 24/09/2009

A CONCENTRAÇÃO de gases de efeito estufa na atmosfera é preocupante. É um fenômeno global que requer ações de todos. As ações de mitigação de emissões terão repercussões decisivas sobre o nosso modelo industrial e potencial de crescimento. É isso que explica a mobilização empresarial em torno do tema. As atenções estão concentradas, no curto prazo, na preparação das posições que o governo brasileiro deverá levar à 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU, em Copenhague, marcada para dezembro, quando deverão ser definidos novos compromissos de redução de emissões e mecanismos de financiamento. No médio prazo, temos que refletir sobre os impactos na nossa estratégia industrial. Para debater as estratégias nacionais e formular as posições do setor empresarial nas negociações internacionais sobre o clima, a CNI criou um fórum de consulta e articulação com os vários setores e federações estaduais da indústria. No momento, o grupo está dedicado a elaborar um documento de posição da indústria para a conferência das partes. A agenda da indústria sobre mudanças climáticas vai além de Copenhague e nos remete à necessidade de discutir novas políticas públicas domésticas e estratégias empresariais adequadas para lidar com os desafios da transição para uma economia de baixo carbono. Entramos nesse processo com vantagens importantes. O Brasil se diferencia, dada sua matriz energética, dos demais que compõem os Brics. Só 8,8% das nossas emissões de gases de efeito estufa são provenientes das atividades industriais. A participação de energias renováveis na matriz energética brasileira é de 45%, enquanto a média mundial é de apenas 14%. A meta da União Europeia é atingir 20% de fontes renováveis em 2020. O Brasil é uma potência energética e ambiental. Essas características fazem com que o país tenha condições de implementar iniciativas de redução de mitigação de baixo custo, particularmente em atividades de redução do desmatamento e de recuperação de áreas degradadas.

Por outro lado, mesmo quando comparado com outras economias emergentes, nosso país apresenta baixo consumo per capita de energia e de produtos industrializados. Assim, é importante evitar que as negociações em Copenhague resultem em compromissos de redução de emissões que limitem o acesso da população brasileira a bens e serviços. Um dos requisitos necessários para evitar que o esforço de combate ao aquecimento global aprofunde as desigualdades econômicas e sociais é a criação de mecanismos de cooperação e transferência de tecnologias. A ampliação dos atuais mecanismos de financiamento, públicos e privados, para ações de mitigação de emissões é prioridade para viabilizar compromissos voluntários por parte dos países em desenvolvimento. Para vencer o desafio da mudança do clima, o Brasil precisa de sólida política de apoio à pesquisa e inovação em produção limpa. Isso passa por redução dos custos dos

financiamentos, desoneração dos investimentos e estímulos à inovação. É preciso também contar com um ambiente regulatório e institucional previsível e estável e com o aumento da cooperação entre os setores público e privado. A CNI, em parceria com a Eletrobrás e o Procel, desenvolve um amplo trabalho voltado para o aumento da eficiência energética de setores industriais brasileiros. Essa iniciativa envolve a formação de núcleos de eficiência energética em federações de indústria, benchmarking de processos e produtos e proposições de aperfeiçoamentos no marco legal. Sem ações articuladas entre governos e setor produtivo, dificilmente conseguiremos mobilizar os recursos, o conhecimento e a criatividade necessários para quebrarmos paradigmas e fazermos a transição inadiável para a economia de baixo carbono.

ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO, 57, empresário, é presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e deputado federal pelo PTB-PE.

G-20 vai substituir G-8 como Principal fórum econômico global - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/09/2009

O G-20, grupo dos maiores países desenvolvidos e em desenvolvimento, vai substituir o G-8 (sete nações mais ricas do mundo e a Rússia) como o principal fórum de cooperação econômico internacional, informou na noite de ontem um alto funcionário da Casa Branca. O anúncio deverá ser feito hoje pelo líder do grupo e tornará oficial o consenso geral de que o G-20 representa melhor a economia global.

O G-8 continuará se reunindo, mas com o foco apenas nos países ricos.

Durante todo o dia, o grupo buscava um acordo para monitorar os desequilíbrios globais. Apesar das divergências entre europeus e americanos, negociava-se uma versão mais diluída da proposta feita dos Estados Unidos. Com um déficit comercial alto, os americanos querem mecanismos que inibam economias como a China e Alemanha de obter superávits tão gigantescos. Alemães e chineses resistem.

A chanceler alemã, Ângela Merkel, freou a discussão, alegando que essa não era a prioridade da cúpula.

“Não se deve buscar temas alternativos que distraiam do ponto central, que é a estabilização dos mercados financeiros.”

Merkel ressaltou que não há problema em falar dos desequilíbrios, mas não se deve desviar do foco.

Os americanos queriam que o Fundo Monetário Internacional (FMI) funcionasse como uma espécie de juiz, monitorando os avanços dos países. Segundo Marcos Galvão, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda que está participando das negociações, os ministros da Fazenda do G-20 vão se reunir periodicamente para discutir a evolução e a correção dos desequilíbrios, e o FMI atuará apenas como assessor técnico.

O mecanismo incluiria medidas para reduzir o déficit do orçamento dos EUA e aumentar sua taxa de poupança, fazer com que a China dependa menos de suas exportações e mais do mercado interno, e a Europa adotar mudanças estruturais para aumentar a competitividade e os investimentos.

Não estão previstas sanções ou penalidades financeiras para quem não cumprir os objetivos.

Pela prévia declaração final do encontro, haverá poucos avanços. O texto fala da importância de os bônus pagos aos altos executivos dos bancos estarem vinculados a metas de longo prazo, como defendem os EUA, mas não estabelece um teto específico, como havia sugerido o presidente francês, Nicolas Sarkozy. Os grupos também vão usar relatório do Conselho de Estabilidade Financeira sobre regulamentação.

O relatório sugere que os bônus tenham de ser devolvidos, caso o banco passe a ter prejuízos.

O documento pede que um acordo internacional sobre o tema seja assinado antes do fim do ano.

Cúpula do G-20 acaba sem prazo para fim de subsídio a combustível fóssil – Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 26/09/2009

China e Rússia se recusaram a cumprir metas. Nações ricas, a definir valores

JÁ SÃO 20 GRITANDO: Países pobres terão fundo para mitigar mudança climática
PITTSBURGH. Apesar da urgência das questões financeiras, o problema do aquecimento global não ficou de fora da declaração final do encontro do G-20 em Pittsburgh.

Mas devido à resistência de vários países em se comprometer com metas e números, o texto final acabou se tornando uma vaga carta de intenções.

Os países do G-20 concordaram com a proposta dos Estados Unidos de reduzir os subsídios dados a empresas consumidoras de combustíveis fósseis e com a reivindicação dos países pobres de que seja criado um fundo para financiar investimentos em mitigação, ou seja, obras que ajudem os países pobres a se defenderem das consequências do aquecimento global (como maior incidência de enchentes, secas ou furacões).

Decisão frustra ambientalistas Mas, novamente, o imperativo do crescimento econômico e da crise acabaram falando mais alto. Alguns emergentes que mais subsidiam suas indústrias de combustíveis fósseis, como Rússia e China, se recusaram a definir prazos para a extinção dos subsídios. E, diante de um cenário de recuperação econômica ainda lenta e incerta, muitas nações ricas não quiseram se comprometer com os valores que serão aportados no futuro fundo de combate à mitigação. No texto, caberá aos países estabelecerem isso de acordo com suas conveniências.

Os ambientalistas ficaram frustrados. Afinal, esperava-se que o G-20 definisse metas mínimas sobre os dois assuntos antes da cúpula do clima marcada para Copenhague em dezembro. Sem isso, o texto apenas apela aos ministros da Fazenda e de Energia do G-20 que compareçam à Cúpula do Clima com sugestões de prazos e números para serem discutidos.

“Nós encarregamos nossos ministros da Fazenda e de Energia que nos informem (até novembro) sobre o desenvolvimento e a implementação de estratégias e calendários para atingirmos este compromisso crítico (o fim dos subsídios) no nosso próximo encontro”, diz o texto, que também promete.

Países preparam série de medidas protecionistas - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 30/09/2009

Pelo menos 140 medidas protecionistas estão prontas para ser usadas contra interesses comerciais estrangeiros pelo mundo, diz relatório do Global Trade Alert (GTA), mecanismo apoiado financeiramente pelo Banco Mundial.

Richard Newfarmer, um dos principais economistas do banco, citou a estimativa ontem no fórum público anual da Organização Mundial do Comércio (OMC), para alertar sobre medidas anunciadas e ainda não implementadas.

Ele assinalou que no momento a boa notícia é que medidas de proteção não estão impedindo a recuperação do comércio mundial. A produção industrial deu uma virada, com uma tendência positiva em todas as regiões.

Mas insistiu que todo cuidado é pouco, à medida que recuperação comercial implica também uma nova luta em torno de importações. A recuperação do emprego tem uma defasagem de 12 a 24 meses em relação à retomada da produção, e certos governos preferem continuar usando mecanismos de defesa comercial.

O Banco Mundial vê proliferação de medidas protecionistas desde o ano passado, no rastro da dramática crise global. O G-20, reunindo países desenvolvidos e emergentes que fazem 85% da produção mundial, adotou 270 novas medidas de proteção, comparadas a 70 ações de liberalização.

As investigações antidumping aumentaram 18,5% no primeiro semestre e novas sobretaxas aplicadas cresceram em 30,5%. O protecionismo disfarçado cresce com implementação de regulações mais estritas, procedimentos aduaneiros mais lentos etc.

O banco constata que os países ricos têm usado subsídios com mais frequência. Já países em desenvolvimento preferem aumentar tarifas, até porque não têm dinheiro para dar subvenções. Três setores agrícolas (de carnes, pesca e de frutas e legumes), metais básicos, têxteis e vestuários e químicos básicos estão no topo da lista das importações sofrendo mais barreiras. Vários setores tendem a receber mais proteção antes do aparecimento de melhores sintomas da economia global.

Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, alertou em debate no fórum que a falta de perspectivas para a conclusão da Rodada Doha deverá provocar um número bem maior de disputas comerciais, com os países tentando abrir mercados para suas exportações.

Lampreia acha que a negociação global vai ainda demorar "alguns anos". E, se "demorar cinco anos", os contenciosos vão se acumular, pressionando o sistema multilateral. Gary Hufbauer, do Instituto Peterson de Economia Internacional, em Washington, acha que não haverá conclusão de Doha antes de 2011 ou 2012, diante da situação eleitoral americana.

O comércio mundial cresceu 3,5% em julho, comparado ao mês anterior, na maior alta em mais de cinco anos, segundo dados publicados pelo Centro Holandês de Análise Econômica. Mas as trocas globais continuam 16% abaixo do pico de abril de 2008, ilustrando a que ponto a crise foi devastadora.

Patrick Low, principal economista da OMC, mantém a estimativa de queda de 10% a 11% em volume no comércio global neste ano. A Iata, entidade das empresas aéreas, reforça essa possibilidade. Informou que o transporte de cargas, que dá uma ideia da saúde no comércio global, melhorou 12% em agosto em comparação ao ponto mais baixo de dezembro de 2008. Mas continua 16% abaixo do nível de abril do ano passado, quando a demanda começou a declinar.

Companhias aéreas da América Latina e do Oriente Médio foram as únicas a registrar crescimento de 3,9% e 3% respectivamente no transporte de carga em agosto.

OCDE e China negociam eliminar tarifas sobre produtos verdes - Darren Ennis _ Valor Econômico – Internacional - 30/09/2009

A União Europeia (UE) e os EUA estão mantendo negociações sobre um acordo a ser firmado com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a China para eliminar tarifas de importação sobre produtos verdes, como parte dos incentivos estendidos a Pequim num potencial acordo global sobre o clima.

Diplomatas da UE disseram à Reuters que, pelo plano que está sendo discutido em Bruxelas e Washington, os 30 países-membros da OCDE e a China concordariam em firmar um pacto global para eliminar progressivamente as tarifas de importação que incidem sobre produtos como turbinas eólicas, fontes de energia renovável e tecnologias ecológicas. Mas é improvável que qualquer acordo inclua carros híbridos que poluem menos o ambiente, disseram os diplomatas.

"As negociações estão entrando num estágio avançado. Bruxelas e Washington esperam que este possa ser um dos incentivos necessários para trazer a China para o nosso lado nos preparativos que antecedem as negociações sobre mudança climática em Copenhague", disse um diplomata.

Índia e Brasil também estão sendo cortejados pela UE e Washington antes das conversações mundiais sobre o clima que acontecerão em Copenhague em dezembro, mas acredita-se ser improvável que tomem parte na iniciativa. "Brasil e Índia não são considerados parte do pacto, já que a redução das suas tarifas de importação não os beneficiaria. Eles podem optar por se associar, mas estima-se que prefiram se desassociar", disse o diplomata.

Uma porta-voz do escritório do representante do Comércio dos EUA (USTR) disse que os EUA e a UE têm feito gestões internas na Rodada Doha de negociações sobre o comércio mundial desde novembro de 2007 para obter um acordo de redução de tarifas em produtos ambientais e "para continuar trabalhando estreitamente para pressionar por progresso concreto".

"Continuamos ansiosos para prosseguir nas negociações para eliminar barreiras tarifárias que incidem sobre tecnologias benéficas ao clima e para estimular a dinâmica em torno de um pacote maior da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre produtos e serviços ambientais", disse a porta-voz do USTR, Carol Guthrie. Companhias dos EUA que estão frustradas com o ritmo lento da rodada Doha, instaram o governo Obama a considerar rotas alternativas para chegar a um acordo para impulsionar o comércio em bens e serviços ecológicos.

"Esta é uma oportunidade para acelerar a política comercial dos EUA e ao mesmo tempo ajudar as negociações globais sobre o clima", disse Jake Colvin, vice-presidente para política de comércio global no Conselho Nacional de Comércio Exterior, uma entidade patronal dos EUA. A China está na iminência de se tornar a maior produtora de turbinas eólicas do mundo neste ano e é uma importante fabricante de produtos solares.

A potência asiática - a maior poluidora do mundo - enfrenta pressão da Europa e dos Estados Unidos para reduzir suas emissões de dióxido de carbono (CO₂) como parte das negociações em torno de um novo tratado global sobre o clima que deverá ser o sucessor do Protocolo de Kyoto, cujo prazo de validade expira no fim de 2012.

Em troca, Pequim quer bilhões de dólares em dinheiro vivo da UE e dos EUA para ajudá-la a aproveitar novas tecnologias mais ecológicas para a sua economia movida pelas exportações.

Os ministros do Comércio da UE deram luz verde no começo deste mês ao presidente da Suécia e à Comissão Europeia - que supervisiona a política comercial do bloco - para prosseguir as negociações com os EUA. "Os países-membros receberão um relatório completo em 6 de outubro na Suécia e, se for aprovado, negociações formais poderão começar com a OCDE e a China antes de Copenhague", segundo um diplomata europeu.

Qualquer negociação poderia ser realizada entre embaixadores na OMC em Genebra, mas qualquer acordo seria acertado formalmente fora do órgão que monitora o comércio global, disseram os diplomatas.

Países produtores de fármacos que respondem por aproximadamente 90% da produção global, incluindo os Estados Unidos, UE e China, concordaram com tarifas "zero por zero" para produtos farmacêuticos e especiarias químicas usadas na produção de produtos farmacêuticos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

